ANO 1 - NÚMERO 9 - JULHO 2015

Xapuri
SOCIOAMBIENTAL

R$ 7,90

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS
PASSADO E PRESENTE

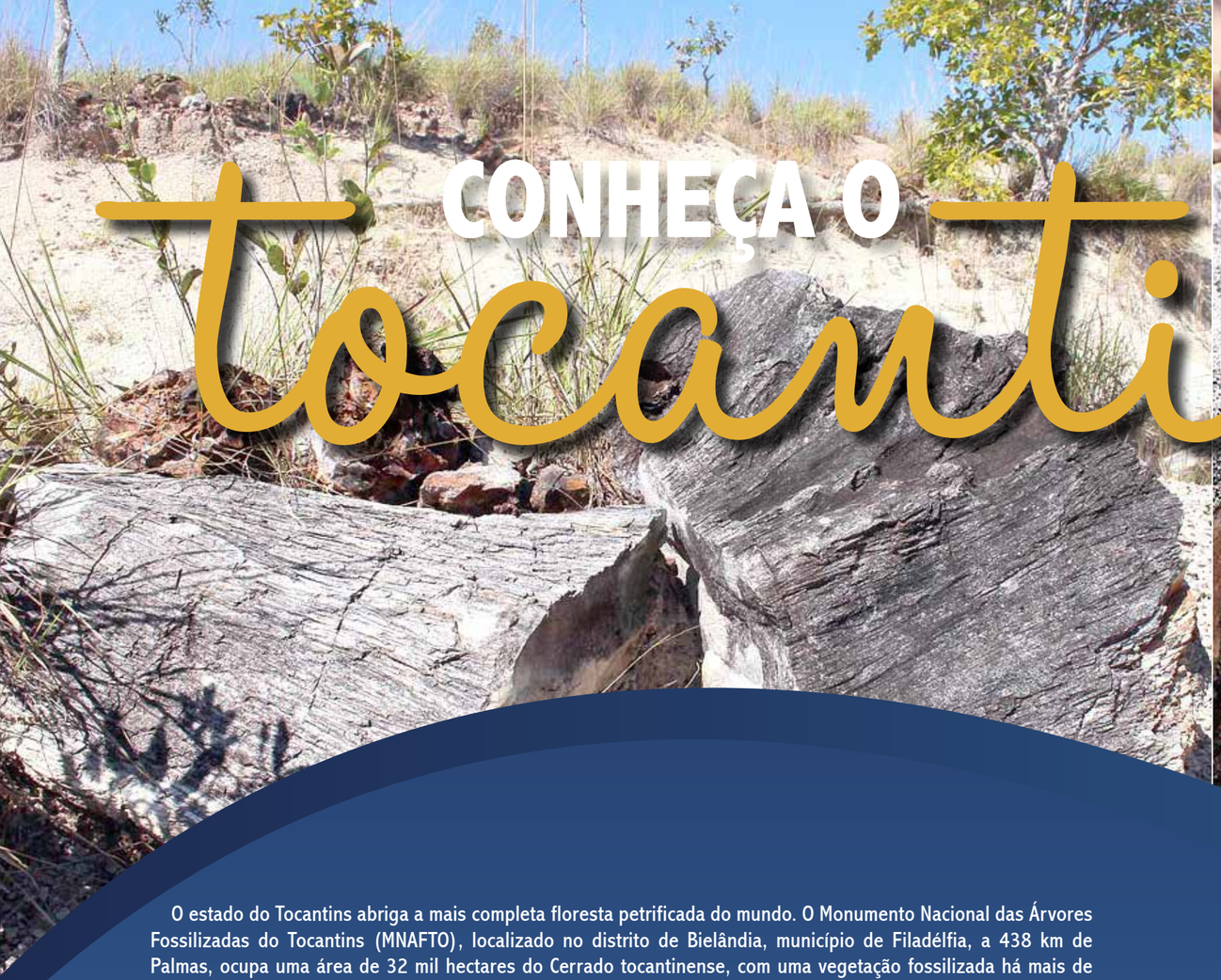
ISSN 2359-053x

AGROECOLOGIA
ESPAÇOS DE VIDA
p. 16

DIREITOS HUMANOS
A CRUZ PODE NOS REDIMIR...
p. 20

PERFIL
SIRON FRANCO
p. 44

CONHEÇA O tocantins



O estado do Tocantins abriga a mais completa floresta petrificada do mundo. O Monumento Nacional das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MNAFTO), localizado no distrito de Bielândia, município de Filadélfia, a 438 km de Palmas, ocupa uma área de 32 mil hectares do Cerrado tocantinense, com uma vegetação fossilizada há mais de 250 milhões de anos, portanto anterior à chegada dos dinossauros.

A unidade de conservação ambiental foi criada pela Lei nº 1.179, de 5 de outubro de 2000, e abriga fósseis do Período Permiano da Era Paleozoica, entre 250 e 295 milhões de anos, dentre os quais se destacam as samambaias arborescentes. No final desse período, nosso planeta assistiu à maior extinção em massa de fauna e flora jamais ocorrida. Estima-se que aproximadamente 90% das espécies marinhas e cerca de 70% das terrestres desapareceram.

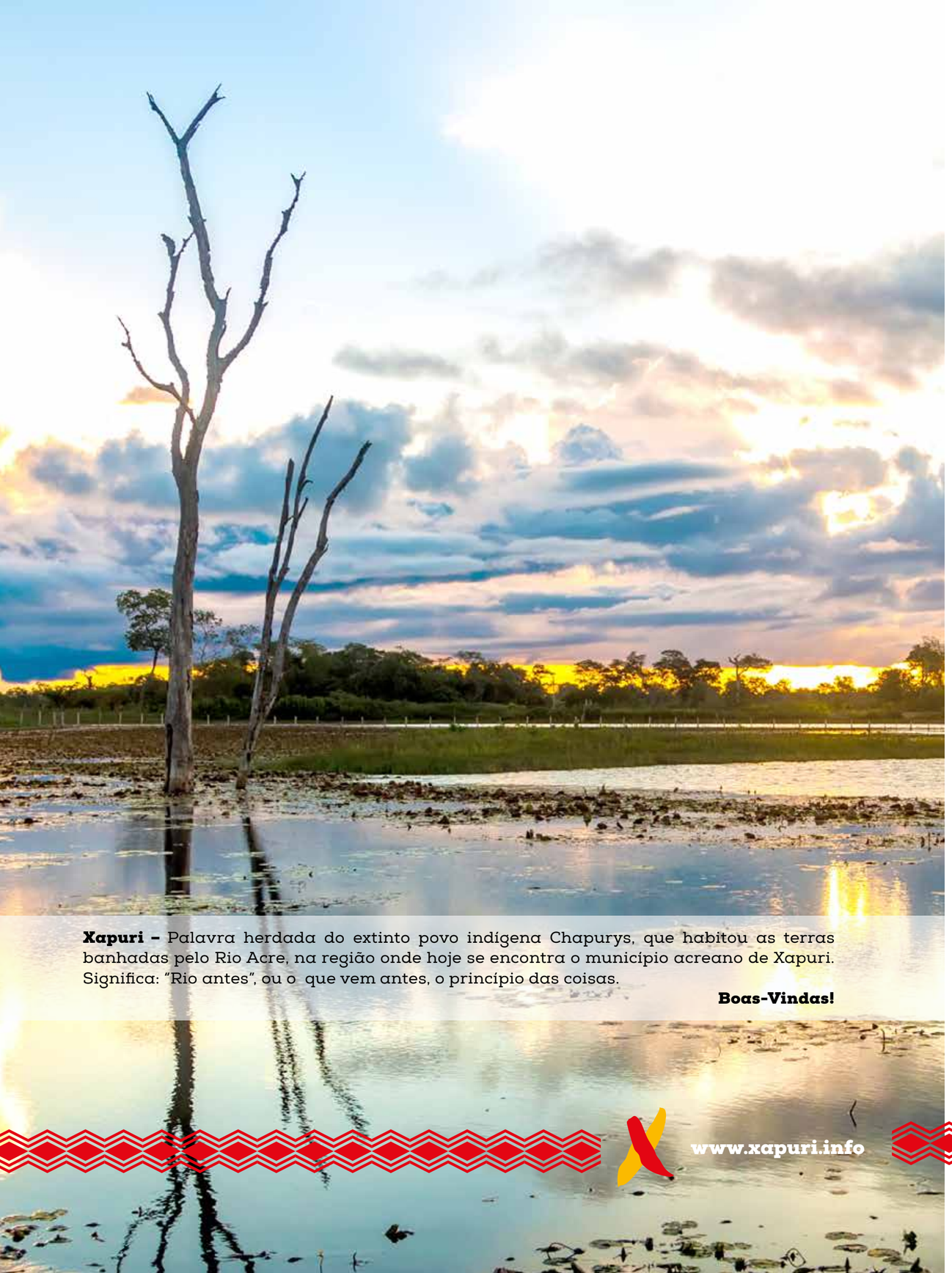
Objeto de pesquisa de diversos segmentos profissionais e acadêmicos, o monumento também proporciona geração de renda para a população local. Com a atividade turística, tem ocorrido o desenvolvimento do setor, favorecendo o surgimento de novos postos de trabalho e a qualificação da comunidade local.

FLORESTA FOSSILIZADA – MARAVILHA DO TOCANTINS

CENTRO DE RECEPÇÃO DE VISITANTES

O MNAFTO, esse fantástico patrimônio natural procurado por geólogos, historiadores, pesquisadores e turistas de várias partes do Brasil e do mundo, ganhou, em julho de 2015, um espaço adequado para visitações e pesquisas. Inaugurado pelo governador Marcelo Miranda, o Centro de Visitantes do MNAFTO conta com sede administrativa, banheiros, alojamentos femininos e masculinos, auditório e garagem. Visitas ao local devem ser agendadas pelo telefone (63) 3391-1034 ou na Coordenadoria de Unidade de Conservação do órgão em Palmas, pelo número (63) 3218-1034.

GOVERNO DO TOCANTINS
MAIS PERTO DE VOCÊ



Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

É comum ouvirmos pessoas dizerem que o povo brasileiro é desmemoriado, que não se apega às suas origens, e outras inverdades do gênero. O passado de nossa gente só é esquecido por aqueles a quem convém esquecer, especialmente as elites poderosas, que têm ao seu dispor sutis apagadores de verdades.

O povo, contudo, não se esquece facilmente do que ocorreu com seus antepassados, de como viviam, de seus padecimentos e mesmo das alegrias. Por mais que se queira embotar nossa memória social, a informação percorre seus próprios caminhos, geração após geração, e mantém vivos os fatos, ainda que de forma contida, velada, camuflada.

Xapuri trata nesta edição, de forma pontual, de um importante período do nosso passado, anterior e posterior à independência do Brasil, que ficará eternamente na memória da nossa sociedade como um todo. Com mais razão, a enorme parcela de brasileiros descendente da população negra africana, que pra cá foi trazida, não esquecerá jamais dessa triste página da nossa História, a da escravidão.

Ainda hoje discriminados de muitas formas, esses cidadãos e cidadãs sabem muito bem que num passado não tão distante foram vítimas da exploração do homem pelo homem na sua forma mais extremada. A grande quantidade de quilombos existente no país é uma viva referência histórica desse pretérito, mas é também um fato presente, que clama por atenções futuras.

Este é, entretanto, o material de maior destaque deste número 9 da revista, mas longe de ser o único. Há muitos outros temas de conteúdo socioambiental que certamente irão tocar a sensibilidade de você, que divide conosco estas páginas.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores

Uma revista socioambiental, um espaço criativo, alto-astral, independente, onde a informação circula e as coisas acontecem.

Nós fazemos a **Xapuri** acontecer. Você, com sua assinatura, fará a **Xapuri** continuar acontecendo.

Assine agora!

ASSINATURA ANUAL 12 EDIÇÕES

R$ 75,00

PARA QUALQUER LUGAR DO BRASIL

COMO ASSINAR?

acesse:
www.xapuri.info

Mensagens pra Xapuri

Quem veio à Assembleia dos Professores, além de discutir assuntos da nossa pauta, teve a grata surpresa de receber uma edição da revista Xapuri onde, entre outros companheiros, temos como colaboradores pessoas da mais alta qualidade como Jacy Afonso e Lúcia Resende. Eu já conhecia a versão on line, mas, agora, estou em contato com a impressa. Nesta edição [8], vem a matéria da inauguração do Espaço Educador Chico Mendes, pelo nosso Sinpro (Sindicato dos Professores). Muito fera!!!
Ricardo Gama – professor, Brasília, Distrito Federal.

Maria Jose Weiss, muito interessante... eu nunca imaginei que o nosso fruto [pequi] era considerado o fruto do amor e seria, em si, afrodisíaco! Obrigada por compartilhar comigo tal informação!
Karla Ferreira - professora, Formosa - Goiás.

Parabenizo a nossa Xapuri, por nos deliciar com as lendas da floresta! Ao mesmo tempo, adoraria que a lenda se tornasse real, e vários curupiras lutassem pela proteção do nosso maior tesouro. Se eles não existem, vamos nós, Xapuri!!! - ***Magda Curado Martins, professora, Brasília - DF.***

Que linda a revista, Zezé. Um abraço a este TIME e coletivo... abraços!
Odila Fonseca - membro da Sociedade Brasileira de Coaching, Campinas - SP.

contato@xapuri.info

“O ser humano é Terra que caminha, que sente, que pensa e que ama.
Athaulpa Yupanqui”

COLABORADORES/COLABORADORAS JULHO

Altair Sales Barbosa – Professor Titular da Universidade Católica de Goiás; **Anderson Blaine** - Web Designer; **Antenor Pinheiro** – Jornalista; **Artur Dias** - Fotógrato; **Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos** - Doutor em Antropologia; **Carlos Caridade** - Psicólogo; **Eduardo Azevedo** - Ilustrador; **Elson Martins** - Jornalista; **Gerson Mol** - Fotógrafo; **Glaucio Henrique Chaves** - Fotógrafo; **Guilherme Cobelo** – Historiador; **Guilherme Richelieu** - Repórter; **Jaime Sautchuk** – Jornalista; **Jacy Afonso de Melo** – Dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Jéssica Ferriera** - Fotógrafa; **Leonardo Boff** – Filósofo, Teólogo, Escritor; **Lidyane Ponciano** - Fotógrafa; **Lúcia Resende** – Mestra em Educação; **Patrus Ananias** - Ministro do Desenvolvimento Agrário; **Zezé Weiss** – Jornalista Socioambiental.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk
2. Zezé Weiss
3. Altair Sales Barbosa
4. Binho Marques
5. Cássia Oliveira
6. Graça Fleury
7. Jacy Afonso
8. Juan Pratginestòs
9. Marcelo Manzatti
10. Neusimar Coelho
11. Priscila Silva
12. Socorro Alves
13. Ronei Alves
14. Rui Faquini

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 3044 7755. **E-Mail:** revista@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. **CNPJ:** 10.417.786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. **Atendimento:** Janaína Faustino (61) 9611 6826. **Edição:** Jaime Sautchuk (61) 9918-0983 – Zezé Weiss (61) 9974 3761. **Revisão:** Lúcia Resende, Maria Helena Schuster. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires - 386/GO. **Capa:** Acervo Histórico de Brasília. **Tiragem:** 10.000 exemplares. **Circulação:** Revista Impressa - Brasília, Goiás, Planalto Central. Revista Web - Todo o território nacional. **ISSN** 2359-053x.

Xapuri 09 JUL 15
SOCIOAMBIENTAL

10 CAPA
Quilombos e Quilombolas
Passado e Presente

16 AGROECOLOGIA
Espaços de vida

20 DIREITOS HUMANOS
A cruz pode nos redimir do reacionarismo, dos preconceitos, das discriminações?

23 VIDA INTELIGENTE
Uma reflexão contra a soberbia

24 ECOTURISMO
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães

26 ECONOMIA CRIATIVA
Natex

30 GASTRONOMIA
Salve, mandioca!

42 SUSTENTABILIDADE
A carta magna da ecologia integral

14 CURTAS

18 CULTURA ECOLÓGICA
Cuias do Pará
Patrimônio Cultural Brasileiro

28 EDUCAÇÃO
Quem quer ser professor?
Desvalorização afasta jovens da profissão.

32 MOVIMENTO SOLIDÁRIO
Projetos sociais têm transformado a realidade vivida por comunidade em Brasília

34 POVOS INDÍGENAS
Para que serve o sumiço das crianças indígenas de Kurusu Ambá?

36 URBANIDADE
Os caminhos das cidades

38 OPINIÃO
Por uma razão lógica, a economia solidária

39 MEMÓRIA
Valdiza Alencar
A Mulher do Sindicato

44 PERFIL
Siron Franco
A arte da Rebeldia

48 BIODIVERSIDADE
Araucária

50 BRASÍLIA
Uma “feira livre” na Asa Norte de Brasília

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS

PASSADO E PRESENTE

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos

Quem no Brasil não ouviu falar sobre quilombos? Muitos que passaram pelo ensino fundamental possuem, de certa forma, alguma lembrança desse tema das aulas de História, em que professores/as ensinavam, por meio dos livros didáticos, que nos períodos do Brasil Colônia (1500–1822) e do Brasil Império (1822–1889) existia a exploração do homem pelo homem, ou seja, a escravidão.

Nesses dois períodos históricos, todas as atividades econômicas (o extrativismo, a mineração, a agricultura, a pecuária e os serviços domésticos) utilizavam-se da mão de obra negra escrava, e os indivíduos negros escravos que se negavam a ser explorados eram castigados e às vezes mutilados. Muitos escravos se suicidavam, e outros viam na fuga a única possibilidade real de liberdade, apesar das duras penas impostas a quem fugisse e fosse capturado.

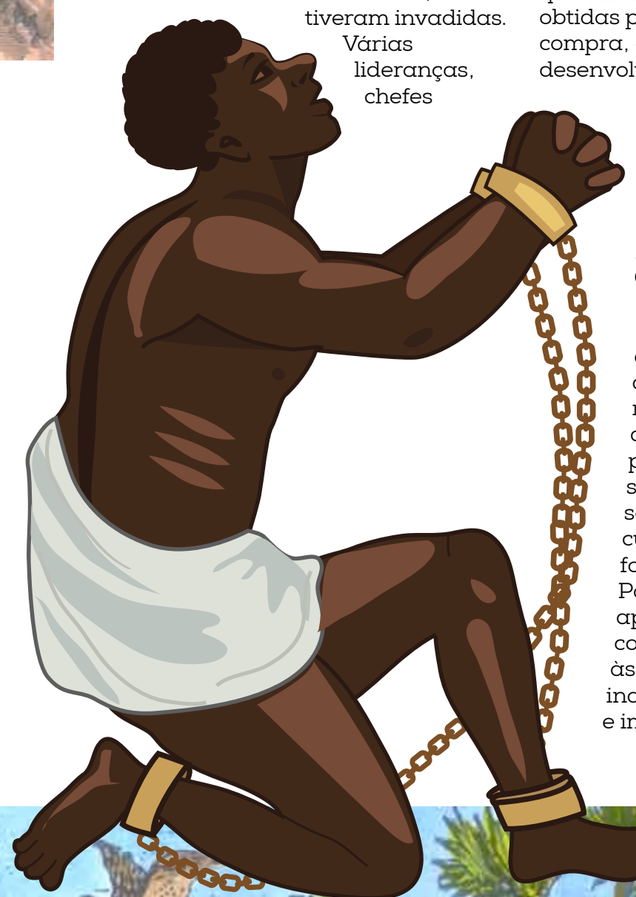
Como o fenômeno da fuga de escravos era constante em todo o Brasil, em 1740, o Conselho Ultramarino – órgão do Império português – denominou quilombo "toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele", e o escravo negro fugido era considerado quilombola.

Os quilombos, que eram formas de resistência ao regime escravagista, floresceram em todas as regiões do Brasil, próximos ou distantes das vilas e cidades. Muitos, além de acolher o negro escravo fugido, ou a negra escrava fugida, abrigavam também negros forros, índios, mulatos, caboclos, soldados desertores e outros indivíduos discriminados pela sociedade envolvente. Havia nesses quilombos uma economia própria baseada na produção agrícola, cujo excedente era, geralmente, vendido aos comerciantes das áreas urbanas.

Com o fim da escravidão, em 13 de maio de 1888, passados os primeiros dias de festividade, diversos negros, sem acesso à terra e sem indenização pelo tempo trabalhado de graça, por falta de melhores opções, voltaram para seus antigos ofícios. Entretanto, vários outros ex-escravos optaram por procurar trabalho em novas regiões, porém só acharam o subemprego e a economia informal.

Muitos quilombolas, agora ex-escravos, continuaram a viver nas terras que ocupavam, outrora denominadas de quilombos. Nessas terras, geralmente devolutas (terras públicas), reproduziram seus modos tradicionais de vida camponesa, sendo a terra a base de sua organização sócio-econômico-cultural.

Entretanto, no século passado, por causa do processo capitalista de exploração da terra, centenas de comunidades quilombolas foram expulsas de suas tradicionais terras e/ou as tiveram invadidas. Várias lideranças, chefes de família, foram ameaçadas e assassinadas por lutarem pela manutenção de suas terras. Esse quadro começou a ser modificado no ano de 1988, ou seja, cem anos após o fim da escravidão, quando a Constituição Brasileira, mais especificamente o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabeleceu o direito dos remanescentes de quilombos à terra.



Como as sociedades não são estáticas, e sim dinâmicas, o termo atual de quilombo se refere não somente às comunidades que têm vínculo histórico e social com os quilombos conceituados classicamente pela História, mas também comunidades descendentes de escravos negros e ex-escravos libertos que em um território (em terras obtidas por meio de doação, de compra, ou da simples posse) desenvolveram um modo próprio de resistência e de reprodução social.

O QUE SÃO E QUANTAS SÃO AS TERRAS QUILOMBOLAS

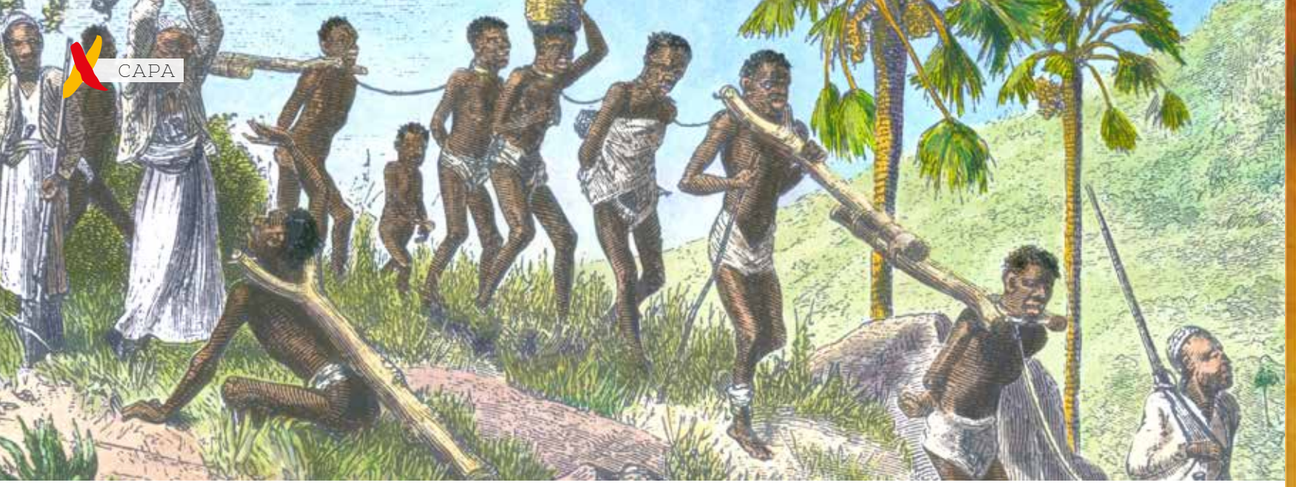
As terras quilombolas, de acordo com o Decreto nº 4.887/2003, são aquelas utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, fatores que formam um território. Por isso, esse território, após a titulação coletiva e pró-indiviso às comunidades, é inalienável, imprescritível e impenhorável.

Atualmente, existem em todo o país 2.474 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura que segue normas da Portaria nº 98/2007. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra, 2015), órgão responsável pela política de regularização fundiária dos territórios quilombolas, de 1995 até maio de 2015 foram expedidos 189 títulos para 142 territórios quilombolas, favorecendo 232 comunidades.

Mais especificamente, na região Centro-Oeste há 114 comunidades quilombolas registradas pela Fundação Cultural Palmares. São 26 no estado de Goiás, 22 no Mato Grosso do Sul e 66 no Mato Grosso. Delas, apenas cinco comunidades possuem o título definitivo de seus territórios, sendo quatro no estado do Mato Grosso do Sul e uma em Goiás, a Comunidade Quilombola Kalunga, da região de Cavalcante (Incra, 2015).

Nos últimos anos, mesmo com o aprimoramento dos dispositivos legais, que garante às comunidades negras quilombolas o direito à terra, percebe-se certa lentidão do Estado brasileiro em garantir de fato esse direito. Se essa letargia continuar, além de estimular novos conflitos, essas comunidades terão de fato seus processos fundiários no Incra concluídos apenas no final do próximo século.

Hoje, assim como foi no passado, as comunidades negras quilombolas, ao reivindicarem a regularização fundiária de suas terras, têm como foco principal o acesso à terra, a formação de famílias, a autonomia na vida cotidiana, o



controle dos meios de produção e do processo de trabalho. Nesse sentido, terra, família e trabalho são os objetivos primazes e as bandeiras de luta dos quilombolas.

COMUNIDADE QUILOMBOLA DEZIDÉRIO FELIPPE DE OLIVEIRA

Com o fim da guerra do Paraguai em 1870, a região sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) recebeu forte migração de pecuaristas oriundos de Uberaba (MG). Pouco tempo depois, a intensificação do comércio de gado fez crescer o número de comitivas de gado que cruzavam os sertões entre aquelas duas localidades.

Em uma dessas comitivas teve início a história do ex-escravo Dezidério Felippe de Oliveira em terras sul mato-grossenses. Nascido em 1867, em uma fazenda escravagista de Uberaba, Dezidério era filho dos escravos Thomaz e Maximiana. De 1888 até 1897, Dezidério, já liberto, trabalhou como peão de fazenda e em comitivas de gado.

No ano de 1898, após chegar em comitiva ao sul de Mato Grosso, Dezidério resolveu ficar nessa região. Trabalhando como agregado em fazendas, conheceu e se casou com a ex-escrava Maria Cândida. Com o firme propósito de ter um pedaço de terra para trabalhar e cuidar da família, o casal, em 1907, tomou posse de terras devolutas localizadas na região de Dourados (MS). Nessas terras, onde nasceram seus 12 filhos, o sustento vinha da criação de gado, da roça e da extração de erva-mate, cujos excedentes eram comercializados.

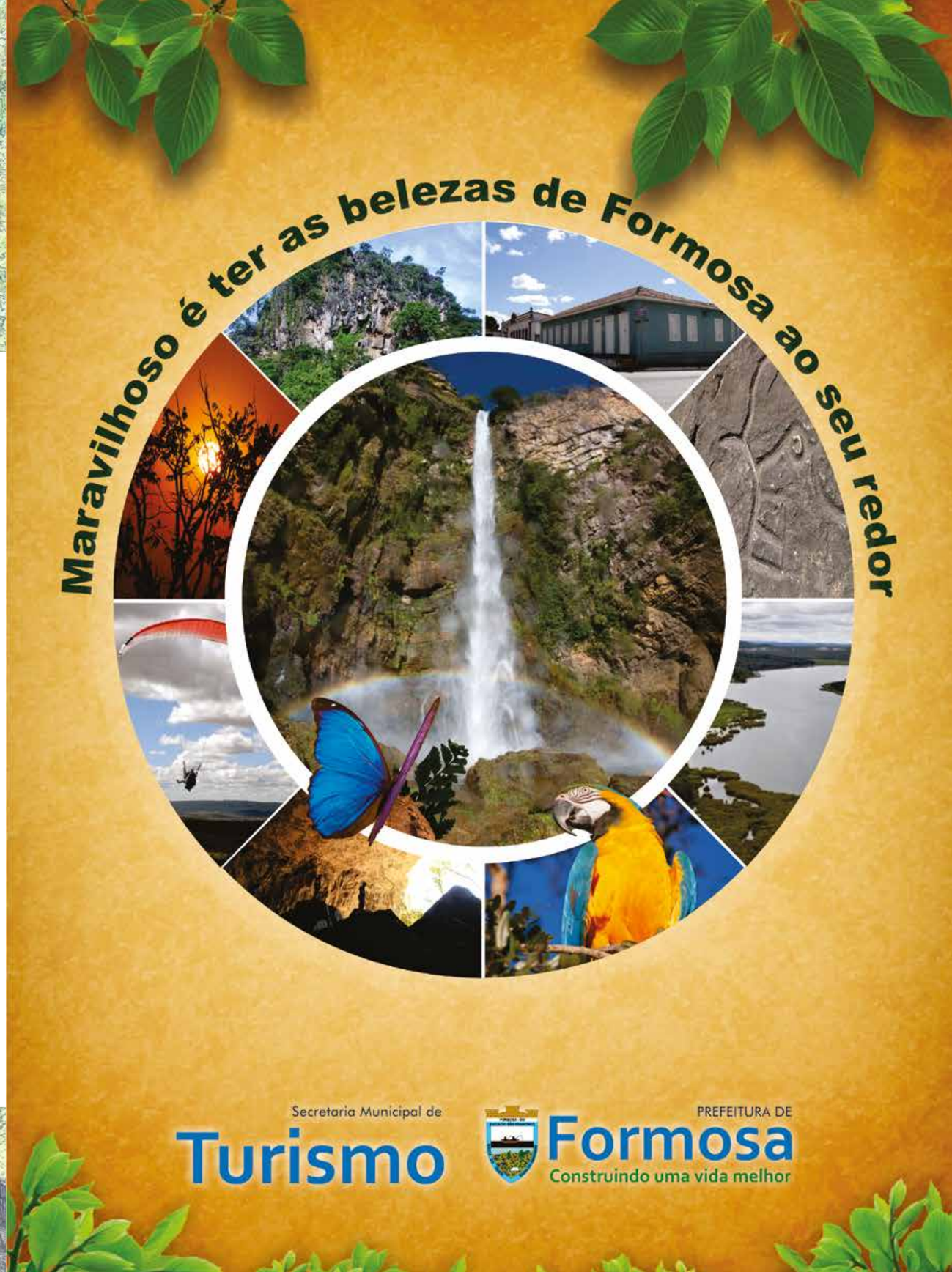
Depois de 17 anos morando nessas terras, Dezidério requereu e recebeu o título provisório de 3.748 hectares. Para receber o título definitivo, ele contratou um engenheiro para realizar a medição oficial. Enquanto aguardava a regularização fundiária, Dezidério foi pioneiro de Dourados, tornou-se Inspetor de Quarteirão (subdelegado), lutou e foi herói na Revolução de 1924 e 1932. Porém, no ano de 1935, Dezidério faleceu.

Em 1938, após o registro definitivo das terras, foi realizado o inventário de Dezidério. No documento, foram destinados 3.148 hectares ao engenheiro que havia medido as terras, ficando 600 hectares para a família de Dezidério que, alegando fraude no inventário, exigiu várias vezes seus direitos na justiça, sem êxito.

Nas décadas seguintes, como consequência dos conflitos (ameaças e assassinatos) com fazendeiros, as terras do ex-escravo foram reduzidas para 40 hectares.

Presentemente, os 352 descendentes de Dezidério, entre os que moram nas terras e os que fugiram dos conflitos, se reconhecem mutuamente como integrantes de uma comunidade quilombola e lutam para reaver seu território original e nele trabalhar para a reprodução física e social de suas famílias.

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos
Doutor em Antropologia.
Professor Colaborador Pleno do Departamento de Antropologia, UnB.



CIDADE SEM DROGAS

Como parte do esforço para a convivência em uma cidade sem drogas, em Formosa, município goiano da região geoeconômica do Distrito Federal, localizado a 80 km de Brasília, acaba de ser inaugurado o Centro de Reintegração Deus Proverá, com capacidade para tratamento e reintegração de 80 internos.

Desde o dia 26 de junho, o Centro oferece, graças às parcerias firmadas, gratuitamente, assistência médica, psicológica, social, odontológica, oftalmológica e jurídica. Além disso, educação continuada – ensino regular, superior e profissionalizante – e inserção no mercado de trabalho.

Os internos contam, ainda, com oficinas de artesanato com a produção de objetos com garrafas PET. "Esse espaço é muito importante para o cuidado das pessoas que, com tratamento e amor, daqui poderão retornar aos seus lares para uma nova vida", diz o vereador Jurandir Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Formosa.

Foto: www.entornourgente.com

Capa do CD

BUONGIORNO, PANTANAL

Quando o mateiro Xeréu Trindade pegava na viola e a tocava, a música "Chalana" parecia trazer o Pantanal Mato-grossense pra dentro dos lares brasileiros, com seus ruídos, cheiros e cores. Contudo, antes de fazer parte da trilha sonora da novela Pantanal, da extinta Rede Manchete, em 1990, na voz do ator (e cantor, violeiro, compositor) Almir Sater, a música já tinha muita história. A mais intrigante, talvez, é uma contada pelo próprio Sater, tido e havido como seu autor. O fato é que ele iria interpretar o personagem Xeréu na trama, e num dos ensaios antes de a novela ir ao ar, seu diretor, Jayme Monjardim, chegou com uma fita e a jogou em seu colo, anunciando:

– "O Xeréu vai cantar essa música aí, pode ir treinando".

Assim, Sater ouviu pela primeira vez "Chalana", composta por Mário Giovanni Zandomeneghi, ou apenas Mário Zan, sanfoneiro nascido na Itália, que virou paulistano por adoção e caipira por vocação. São dele, também, outros clássicos pantaneiros, como "Seriema", e grande parte das rancheiras, xotes e valseados que animam as festas juninas de norte a sul do país, dos bochinchos gaúchos aos forrozões nordestinos, como os de Campina Grande (PB) e Caruaru (PE). Mário nasceu em 1920, veio pro Brasil aos 4 anos e passou a vida toda em São Paulo, capital, sua base. Morreu em 2006, aos 86 anos.

ECOS DO GRANDE SERTÃO, VEREDAS

"Digo de fui, digo que gostei. À passeata forte, pronta comida, bons repousos, companheiragem. O teor da gente se distraía bem".

João Guimarães Rosa

Inspirada na obra de Guimarães Rosa, um grupo de cerca de 70 pessoas realizou, em 2014, uma travessia sócio-eco-literária no universo de Rosa e no sertão de Minas Gerais. Denominada "O Caminho do Sertão – De Sagarana ao Grande Sertão Veredas", a caminhada se repete em julho de 2015, com cerca de 50 participantes, que seguirão pelo sertão em busca da troca de experiências e dos saberes das comunidades geraiseiras. A travessia parte do vilarejo de Sagarana (Arinos-MG) até o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, localizado na cidade de Chapada Gaúcha, perto da divisa com a Bahia e o Goiás. Quem participa do projeto percorre parte do caminho realizado por Riobaldo, personagem central do livro Grande Sertão: Veredas, rumo ao Liso do Sussuarão, conhecendo paisagens naturais, folias de reis, histórias, tradições e memórias.

Para saber mais:
www.ocaminhodosertao.wordpress.com
ou www.facebook.com/caminhodosertao

Foto: Lidyane Ponciano

Foto: Gerson Mol

Foto: Glaucio Henrique Chaves

Foto: doracinonaves.blogspot.com

EM GOIÁS, HOSPÍCIO VIRA MUSEU

O Sanatório de Palmelo, em Goiás, marcou época como um centro de recolhimento de pessoas com alguma deficiência mental. Competiu com o de Caraça, em Minas Gerais, ambos verdadeiros presídios de doidos, com celas, correntes e tudo o mais. Fechados há menos de 20 anos, os barracões, que durante décadas abrigaram perto de 250 internos, passam por recuperação e vão virar museu. O projeto é bancado pela Igreja Adventista, mantenedora do manicômio no passado. A cidade é considerada, também, a "capital brasileira do Espiritismo", por contar com vários centros Kardecistas e, num passado não muito remoto, ter recebido várias visitas de Chico Xavier.

ESPAÇOS DE VIDA

Patrus Ananias

O imaginar o senhor não pode, como foi que eu achei gosto naquela comida, às ganas, que era: de feijão, carne-seca, arroz, maria-gomes e angu. Ao que bebi água, muita (...).

A epígrafe cita Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa, mas referências da fartura à mesa nativa poderiam ser colhidas em tantas outras obras da nossa literatura. O melhor da nossa prosa nutre-se da variedade de alimentos que produzimos. Para que germinem cada vez mais saudáveis, a presidenta Dilma Rousseff anunciou o Plano Safra da Agricultura Familiar 2015–16 na segunda-feira, dia 22 de junho.

Resumir a agricultura familiar à produção de alimentos é muito, mas não é tudo.

Cerca de 70% do que chega às mesas dos brasileiros provém da agricultura familiar – 70% do feijão (que Riobaldo saboreou com "ganas"), 83% da mandioca, 69% das hortaliças, 58% do leite, 51% das aves.

Se ela provisiona segurança alimentar, atestada pela ONU (Organização das Nações Unidas), também nos proporciona alimentos saudáveis, cada vez com menos agrotóxicos. Enquanto alimenta, reduz nossa dependência de alimentos importados e contribui no controle da inflação. Ou seja, traz segurança macroeconômica.

Assim como brotam refeições das lavouras de 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar (84% do total), vicejam em suas leivas farta riqueza, que gera distribuição de renda, que protege a biodiversidade, que mantém a juventude no meio rural. Que tece espaços de vida.

Espaços estimulados pelo governo federal. Os R$ 2,4 bilhões do Plano Safra da Agricultura Familiar 2002–03 saltaram para R$ 24,1 bilhões em 2014– 15 – dez vezes mais.

Esse incentivo, que será maior em 2015–16, vem de políticas públicas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que dão segurança a quem produz, apoiam a comercialização e agregam valor à agricultura familiar dinâmica. É vital à economia, pois responde por 74% dos postos de trabalho nos campos país adentro – o dobro do que gera a construção civil.

O imaginário do agricultor que calca o berço onde joga a semente à espera do orvalho que a faz germinar vai se evanescendo dos roçados. Entre 2008, primeiro ano da linha de crédito Mais Alimentos, e 2014, a venda de tratores destinados à agricultura familiar dobrou – alcançando 20.388 unidades, 31% do total produzido no Brasil.

O arado, esteio da agricultura por milênios, vai cedendo à tecnologia, aumentando a produtividade no campo e a produção industrial.

Essa imensa cadeia produtiva não se espraia apenas por rincões e querências afastados. A nova ruralidade, que abriga o conceito de territórios, engloba 4.963 municípios. O território rural, que integra campo e cidade, agrega-se pela coesão e identidade cultural, social e econômica.

Esses programas de desenvolvimento rural são coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceira com outros entes do governo federal. Políticas que buscam restringir os flagelos aos compêndios históricos, como o que as pesquisadoras Heloisa Starling e Lilia Schwarcz descrevem em seu alentado Brasil: uma biografia.

Com base em obra do jesuíta André João Antonil, a dupla descreve o desastre famélico entre os séculos 17 e 18 nos sertões mineiros. "Deslumbrados" pelo tesouro que brotava das minas, aventureiros morreram "com as mãos cheias de ouro", já que se esqueceram de plantar "mandioca, feijão, abóbora e milho".

Assim, o Plano Safra da Agricultura Familiar significa mais do que alimento na mesa dos brasileiros. Representa a agroecologia, a diversificação no plantio, o desenvolvimento territorial, a cultura preservada, a qualidade de vida, os mananciais resguardados, a geração de energia, a redução da pobreza, o desenvolvimento interiorizado, o crescimento econômico com sustentabilidade.

Representa a convivência solidária entre o campo e a cidade.

Patrus Ananias
Professor da PUC- MG. Ministro do Desenvolvimento Agrário

Fonte: mda.gov.br

CUIAS DO PARÁ

PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Foto: artesol.org.br

Guilherme Richelieu

As cuias pintadas de Santarém, no Estado do Pará, geralmente usadas para tomar tacacá ou açaí (os índios as utilizam também para beber água, tomar banho no rio e até como prato), acabam de sair do anonimato para, desde o dia 11 de junho, integrar a lista do patrimônio cultural brasileiro.

As cuias são utilizadas também como brinquedos, instrumentos musicais, máscaras decorativas e, especialmente, nas barracas de venda de tacacá, iguaria típica da culinária paraense servida exclusivamente em cuias pintadas. As mais tradicionais se chamam pitinga. As de coloração preta se chamam cuia, apenas, e podem vir com suporte ou desenhos.

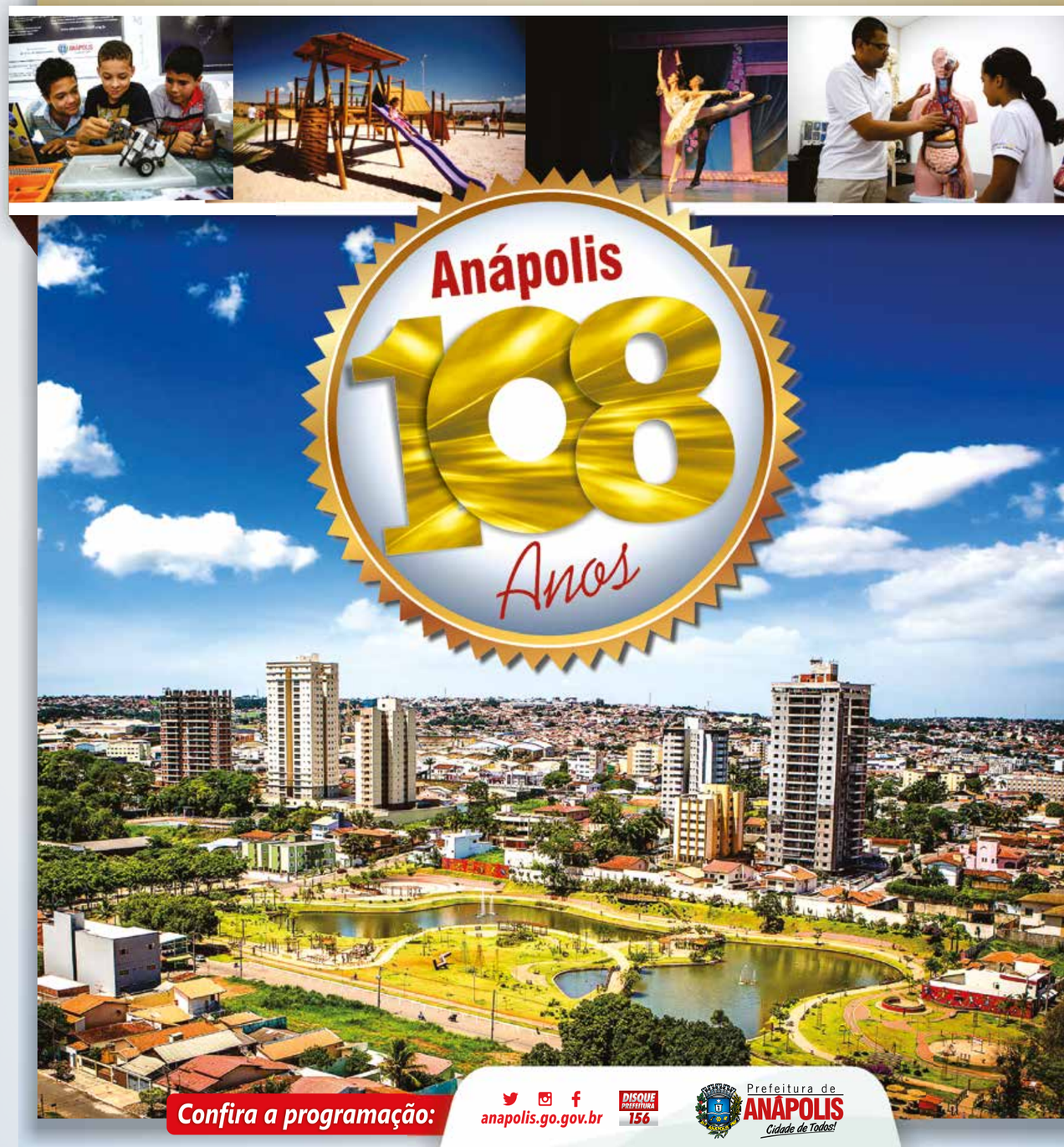
Todas levam pelo menos três dias de preparação artesanal, onde o fruto da cuieira é partido ao meio, deixado para amolecer na água, polido para a retirada das imperfeições com uma lixa feita das escamas do pirarucu e exposto ao sol antes do tingimento com o cumatê, pigmento natural extraído da casca de uma árvore chamada axuazeiro.

Em seguida, as cuias são colocadas em uma espécie de cama preparada com uma camada de areia e cinzas, de boca para baixo e abafadas com um pano ou lona, por seis horas. Depois, elas ganham ainda mais valor com a pintura, incisão ou gravação de desenhos indígenas.

Guilherme Richelieu
Repórter

Foto: 1.bp.blogspot.com

Dia 31 de julho é aniversário da cidade
Vamos comemorar o mês inteiro



A CRUZ PODE NOS REDIMIR DO REACIONARISMO, DOS PRECONCEITOS, DAS DISCRIMINAÇÕES?

Jacy Afonso de Melo

O autoritarismo traz consigo o embrião da intolerância e é nele que se abriga o nascedouro da aversão ao diferente, provocando discriminações ao nordestino, ao haitiano, ao negro, à prostituta, à mulher que luta por seus direitos, ao homossexual, às religiões afro-brasileiras, ao próprio país e à nossa própria gente.

O processo explicitado a partir das eleições de 2014 expõe as feridas de um Brasil que, dominado pelo pensamento da direita fascista, se vê envolvido pelas raízes escravocratas de uma elite inculta e, por isso mesmo, preconceituosa e perversa. Grupos reacionários, travestidos de defensores da moral e dos bons costumes – estabelecidos por eles próprios – não admitem avanços sociais, culturais e econômicos da gente que querem ver subjugada.

A classe exploradora brasileira coloca de vez a cara na janela e escancara a porta de seus preconceitos. Quer impor a massificação de ideias produzidas em série para serem consumidas cegamente. E busca instrumentos para matar ou ao menos esconder embaixo do tapete, no armário, no sótão, no quartinho dos fundos e na senzala, a "gentinha" feia, desdentada, preta, homossexual, os usuários de drogas, as pessoas em situação de rua, os "bandidos" menores de idade.

Afinal, o que chamam de "paz social" é quando os de baixo obedecem aqueles que estão em cima, mantendo-se anônimos e invisíveis para servir sem incomodar.

As raízes colonizadoras despertam e nos remetem à destruição das nações indígenas, à escravidão, à exploração predatória da natureza, à disseminação dos agrotóxicos, à ditadura militar, às torturas. Remetem-nos à história genocida quando, de cruz em punho, dominadores causaram genocídios de povos e nações.

E eis que novamente, diante de nossos olhos, parlamentares que deveriam ser os primeiros a cumprir os prescritos constitucionais, adentram o plenário, rezam o Pai-Nosso e bradam por Jesus Cristo, rasgando a Constituição Cidadã que afirma a laicidade do Estado e a igualdade de direitos. Em nome de Deus, atitudes discriminatórias diante de pessoas, crenças, sentimentos e ideias buscam retroceder o processo civilizatório.

As manifestações fundamentalistas que pareciam distantes no tempo e no espaço, explodem em diferentes lugares, de diferentes formas. Essas práticas emergem e encontram eco no medo e no desconhecimento de grande parte da população.

O baixo nível cognitivo e o preconceito reacionário de grande parte dos parlamentares surgem quando, em nome da segurança, defendem a redução da maioridade penal e a alteração do Estatuto do Desarmamento. Ao mesmo tempo, com a desculpa do crescimento econômico, promovem o avanço sobre as terras indígenas e sobre as áreas de proteção ambiental.

Da mesma forma, com a justificativa de uma concepção anacrônica de núcleo familiar, promovem a homofobia. A crucificação simbólica exibida na 19ª parada LGBT em São Paulo tem sido usada para acender uma nova fogueira da inquisição. Bradando que não há respeito a Deus, apontam que homossexuais e todos os que acreditam em igualdade de direitos, em concretude de diferentes formas de ser feliz, podem destruir a organização social e levar o país ao caos moral e ético.

Dizendo-se chocados com a heresia de colocar uma transexual na cruz, os que têm como parâmetro a discriminação e o ódio usam descaradamente essa imagem ao revés. A crucificação aconteceu exatamente porque Jesus defendia os discriminados, os explorados, os marginalizados. A moça pregada numa cruz na parada gay simboliza travestis, homossexuais, bissexuais, transexuais que são cruelmente espancados, humilhados e assassinados por pessoas que se dizem cristãs, nessa "blasfêmia" que descortinou a hipocrisia.

Nossa tarefa é puxar o fio que traz consigo a crucificação não só da transexual da parada LGBT. Atrás daquela cruz existem muitas outras erguidas por cristãos: a do menino negro nu e amarrado a um poste; a do homem atropelado por um caminhoneiro porque não gostou de vê-lo abraçado a outro homem; a da menina morta após um estupro coletivo; a da adolescente apedrejada ao sair de um culto de candomblé; a do haitiano agredido em um posto de combustível; as tantas dos homossexuais mortos por jovens cristãos homofóbicos, como já vem sendo denunciado por aqueles que se dedicam a construir um mundo fraterno e acolhedor para todos.

Aquela mesma cruz da parada de São Paulo também representa as mulheres espancadas, as crianças exploradas sexualmente e no trabalho, as pessoas que se encontram em situação de rua, humilhadas e escorraçadas das praças públicas, os meninos e meninas "invisíveis" que estendem a mão nos sinais, os adoecidos pela droga, os trabalhadores sem condições dignas de exercer o seu ofício.

A polêmica se instalou com a crucificação da transexual. Ótimo. Assim o debate sobre a homofobia e suas expressões cruéis ganha visibilidade e, quem sabe, sensibiliza a parcela da população que desconhece esse grave problema. E lembra-nos que a democracia não se configura em rolo compressor. A democracia se estabelece com respeito às diferenças e à dignidade de todas e de todos.

Até então, mesmo aos trancos e barrancos, conseguimos avançar. Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil de caráter progressista conseguiram empurrar o Congresso Nacional para um espaço menos conservador e o Governo para que assumisse pautas importantes para a garantia de direitos.

A reação é urgente, exige força e coragem. A organização de uma frente política de esquerda, que agregue representações sociais dos mais diferentes matizes, é fundamental para barrar o avanço do conservadorismo, da exploração, do fundamentalismo religioso.

Tomar nas mãos o debate, apontar os "falsos profetas", denunciar as inverdades de seus argumentos e fincar as verdadeiras cruzes do povo brasileiro à beira das estradas, nas ruas, nas praças, nos campos, nas construções, são nossos desafios.

Jacy Afonso de Melo
Dirigente Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT

BERTOLD BRECHT

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

Movimento sindical critica aprovação do **financiamento privado de campanhas**

O movimento sindical classifica como retrocesso a aprovação, pela Câmara dos Deputados, em maio, da proposta que inclui na Constituição Federal a doação de empresas privadas a partidos políticos para campanhas eleitorais. Foram 330 votos favoráveis, 141 contra e uma abstenção.

A votação ocorreu após uma manobra executada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), com o apoio de partidos de oposição. No dia anterior, o plenário da Câmara havia rejeitado o financiamento privado.

A reforma política está sendo votada em primeiro turno e ainda terá de ser submetida a uma votação em segundo turno na Câmara. Depois, segue para apreciação no Senado.

"Além de ser uma fonte inesgotável de corrupção, o financiamento privado só contribui para degradar ainda mais o sistema político brasileiro vigente. É necessário atentar para a questão da corrupção eleitoral e do fisiologismo, uma vez que, ao receber os recursos, o partido poderá manipular a verba e favorecer alguns candidatos em detrimento de outros", defende o presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, **Eduardo Araújo**.

BANCÁRIOS DF
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

UMA REFLEXÃO CONTRA A SOBERBIA

Altair Sales Barbosa

Diz uma antiga lenda que, quando esteve na Terra, Jesus usou seus poderes para conhecer todos os ambientes do planeta.

Chegando ao Cerrado, ficou tão impressionado que escolheu esse local para fazer um jardim. Assim nasceu o Jardim da Humildade. Era lá que Jesus se refugiava para cultivar a sabedoria.

Naquela ocasião, um homem chamado João, de boa situação econômica, ao ouvir Jesus pregando, ficou impressionado com tanta sabedoria. Foi então que, aproximando-se de Jesus, convidou-o para almoçar em sua fazenda.

Ao chegar o dia do almoço, João pediu aos criados que preparassem uma rica e variada refeição, pois iria receber em sua casa um homem muito sábio.

... Ansioso, João não via o tempo passar. Olhava para o horizonte à espera de Jesus, mas Jesus não aparecia.

Certo momento, um pouco depois do tempo combinado, João avista um mendigo vindo em direção à sua casa.

Ao aproximar-se, o mendigo, dirigindo-se a João, pede um pouco de comida. João ordenou aos criados que lhe preparassem um prato e dirigindo-se ao mendigo disse:

– Aqui está sua comida, pode saciar-se. Só lhe peço que assente no toco, ali no canto do quintal, porque hoje estou esperando uma pessoa muito especial para almoçar comigo!

O tempo foi passando e nada de Jesus aparecer. João, angustiado de tanto esperar, perdeu a esperança e ordenou aos criados que atirassem a comida aos porcos, pois seu convidado não mais viria.

Meses depois, indo à cidade, João encontra novamente Jesus pregando ao povo.

Espera a pregação terminar, aproxima-se de Jesus e diz:

– Que grande desfeita a sua; eu o convidei para almoçar, fiz um banquete, e você não apareceu!

Jesus então lhe falou:

– Eu fui João, e fiquei muito agradecido pela comida. Você ordenou aos criados que me servissem a comida numa vasilha e pediu-me para que me assentasse no canto do seu quintal, alegando que naquele dia iria receber um ilustre convidado...

A lenda ainda ecoa pelos quatro cantos do mundo, sussurrando, pela voz dos ventos, que humildade e sabedoria sempre andam de mãos dadas.

Altair Sales Barbosa
Pesquisador. Doutor. Professor titular da Universidade Católica de Goiás

ECOTURISMO

PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS GUIMARÃES

Com seus 32.630 hectares, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, localizado nos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, no Estado de Mato Grosso, é um dos mais bonitos do Brasil.

Criado em 12 de abril de 1989, pelo Decreto Lei 97.656, o parque não somente protege amostras significativas dos ecossistemas e sítios arqueológicos locais, mas é também um espaço ímpar para a educação e a pesquisa.

Aberto para a visitação o ano todo com entrada gratuita, o parque pode ser acessado pela Rodovia Emanuel Pinheiro – MT-251, que o margeia e o corta em grande extensão. Embora asfaltada, a rodovia não tem acostamento e a maioria do trajeto é feito em pista simples, com vários trechos em aclive, com trânsito pesado em período de férias e feriados.

Embora existam atrativos para todos os gostos durante todo o ano, torna-se importante saber que a região sofre grandes incidências de chuvas de dezembro a março, e está sujeita a altas temperaturas de julho a outubro, durante o período de seca.

Segundo o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade – ICMBio – www.icmbio.org.br, órgão gestor do parque, a visitação aos atrativos observa um sistema de controle, de acordo com a capacidade de gestão, para a garantia de uma visitação agradável, segura e de baixo impacto ambiental.

Encontram-se abertos à visitação o Mirante do Véu de Noiva, o Circuito das Cachoeiras, a Casa de Pedra, a Cidade de Pedra e o Morro de São Jerônimo. Exceto pelo Mirante, os demais atrativos requerem agendamento prévio com guias ou condutores autorizados pelo Parque Nacional. Para mais informações, acessar: www.ecobooking.com.br

Em qualquer época, há bastante disponibilidade de hospedagem e serviços de alimentação tanto na cidadezinha de Chapada dos Guimarães, a apenas 11 quilômetros da entrada do parque, como na capital do Estado, Cuiabá, distante cerca de 50 quilômetros.

PRINCIPAIS ATRATIVOS

Cachoeira Véu de Noiva – As águas do Córrego do Coxipozinho despencam de 86 metros de altura, cercadas por um paredão de arenito em forma de ferradura, onde se aninham e voam belas araras vermelhas, para a emoção de quem visita a cachoeira. Uma trilha de cerca de 550 metros liga a área de estacionamento ao mirante da Cachoeira. A visita é autoguiada. O acesso se dá pelo Km 50 da MT-251. O local oferece telefone público e banheiros. O calor é forte e não há sombras.

Casa de Pedra – Antigo refúgio de escravos fugidios e abrigo para os homens da Coluna Prestes, a Casa de Pedra é uma gruta de arenito esculpida pelo Córrego da Independência. Possui vestígios de inscrições rupestres. Pode ser acessada tanto por quem faz o Circuito das Cachoeiras quanto por quem visita o Morro de São Jerônimo. A visita requer acompanhamento de guias autorizados.

Cidade de Pedra – Depois de uma curta caminhada de 300 metros, chega-se aos mirantes existentes na beira dos paredões da Chapada dos Guimarães. De lá, tem-se uma visão magnífica de um vale onde abundam os contrastes das formações de vereda e de Cerrado, entremeadas por cachoeiras. Durante o passeio, podem-se observar pegadas de antas e onças pelo caminho, bandos de araras voando sobre os paredões, além de corujas, emas e seriemas. O acesso à Cidade de Pedra é feito a partir da Cidade de Chapada dos Guimarães, em estrada de terra. O belíssimo roteiro exige veículo 4x4, acompanhamento de guia credenciado e assinatura de Termo de Conhecimento de Risco.

Circuito das Cachoeiras – O circuito é formado por seis cachoeiras, todas no Córrego da Independência: Andorinhas, Degraus, Independência, Sete de Setembro, Prainha e Pulo, todas liberadas para banho, exceto a Cachoeira da Independência, também conhecida como Cachoeira dos Malucos. No total são 6 km de trilhas (ida e volta), sem comércio na área, razão porque se deve levar água, lanche, protetor solar. As visitas requerem pré-agendamento para horários específicos e acompanhamento de guias autorizados.

Morro de São Jerônimo – Com seus 800 metros de altura, o Morro de São Jerônimo é um dos pontos mais altos do Parque Nacional, com grande dificuldade de acesso. A subida ao morro dura de cinco a seis horas e é feita em estrada, trilha com aclive e declive e uma pequena escalada, razão porque exige um bom condicionamento físico das pessoas visitantes. Embora os riscos de acidentes sejam moderados, a visita requer acompanhamento de guia ou condutor credenciado, agendamento prévio e assinatura de Termo de Conhecimento de Risco para cada visitante.

NATEX
A CAMISINHA DA FLORESTA

Zezé Weiss

Em Xapuri, terra de Chico Mendes, a única fábrica no mundo a produzir preservativos masculinos com látex nativo, a Natex gera ocupação e renda no coração da floresta.

Ao produzir preservativos masculinos com látex de seringais nativos em Xapuri, no Acre, a Natex valoriza o agroextrativismo, gera ocupação e renda no coração da floresta e promove a saúde pública, especialmente entre a juventude brasileira.

O projeto, desenvolvido pelo governo do Acre, em parceria com o Programa Nacional de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/AIDS – do Ministério da Saúde e com as comunidades extrativistas da região, resgata uma ideia do líder sindicalista e ambientalista Chico Mendes que, na década de 1980, teria defendido a criação da fábrica como forma de gerar renda para manter as famílias vivendo e trabalhando na própria floresta.

Inaugurada em abril de 2008 pelo então governador Binho Marques, a Natex é um empreendimento sem fins lucrativos, voltado para

objetivos tecnológicos, sociais, econômicos ambientais e de saúde pública, financiado pelo governo do estado do Acre e pelo governo federal.

Coordenada pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (Funtac), a fábrica produz cerca de 200 milhões de camisinhas por ano e gera cerca de 200 empregos (97% para seringueiros/as e membros da comunidade local), a um salário médio de R$ 1,5 mil mensais.

"Ao pagar o preço justo pela matéria-prima – o empreendimento consome cerca de 250 toneladas de borracha seca por ano –, a Natex melhorou a qualidade de vida na floresta, especialmente entre as cerca de 700 famílias dos assentamentos agroextrativistas da Reserva Chico Mendes, composta por 28 comunidades moradoras em um raio de 150 km dentro da própria Reserva", diz Nilson Mendes, líder seringueiro da região.

Depois de desenvolver as pesquisas e a tecnologia para adequar o látex nativo dos seringais acreanos à produção de camisinhas masculinas, a Funtac submeteu o material a testes rigorosos até chegar a um produto muito resistente e de excelente qualidade, que é distribuído gratuitamente pelo Ministério da Saúde nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Segundo o deputado federal acreano Raimundo Angelim, a Natex se prepara para aumentar a produção de camisinhas para atender mais amplamente ao mercado brasileiro – somente o Ministério da Saúde distribui cerca de 500 milhões de preservativos masculinos por ano –, e também para produzir luvas cirúrgicas e, com isso, gerar mais ocupação e renda no coração da floresta.

Ainda segundo Angelim, o governo do Acre, por determinação do governador Tião Viana, e o Ministério da Saúde encontram-se em fase final de organização do convênio que permitirá a duplicação da produção da Natex. Com esse convênio, a fábrica acreana, que hoje produz cerca de 100 milhões de unidades de preservativos por ano, passará a produzir cerca de 40% da demanda do governo federal.

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

Fotos: agencia.ac.gov.br

Foto: Jéssica Ferreira

QUEM QUER SER PROFESSOR?

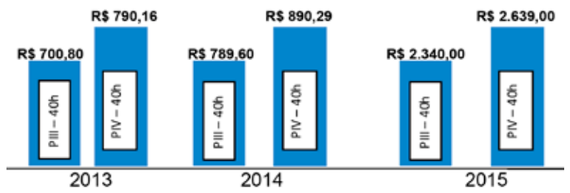
DESVALORIZAÇÃO AFASTA JOVENS DA PROFISSÃO

"A política educacional adotada pelo governo de Goiás está afugentando estudantes da carreira". A constatação é da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Bia de Lima.

Em Goiás, os últimos anos têm sido dramáticos para os cerca de 45 mil trabalhadores em Educação. Bia tem reiterado que o desrespeito à Lei do Piso, o achatamento da carreira com a extinção da titularidade, a determinação do Executivo estadual em transferir para Organizações Sociais (OSs) a gestão escolar, a administração ilegal dos recursos da Educação pela Secretaria de Fazenda e a recente decisão do governo de parcelar o pagamento dos salários são questões que trazem insegurança e desalento para a categoria.

Na verdade, as perdas vêm-se acumulando e já alcançam níveis que não podem ser suportados. Em 2012, o governo incorporou a gratificação de titularidade aos salários, que podia chegar a 30%, dependendo dos títulos de qualificação do professor ou professora. Com a incorporação, as perdas acumuladas já passam de R$ 30 mil, para os profissionais PIII, e de R$ 40 mil, para os de nível PIV.

Não bastasse, o governo não tem reajustado os salários em janeiro, como manda a Lei 11.738/08. Em 2013, isso só aconteceu em maio, retroativo a janeiro para PI e PII, mas para os professores PIII e PIV sobrou mesmo foi o calote. Em 2014, a prática se repetiu, e foram mais quatro meses de prejuízo. Agora, em 2015, o calote anunciado é de sete meses, com pagamento em agosto, somente. No total, são mais de R$ 3 mil (PIII) e mais de R$ 4 mil (PIV) com os calotes do Piso (4 meses em 2013, 4 meses em 2014 e sete meses em 2015).



Pode-se afirmar, nessa perspectiva, que em Goiás vigora uma política de desvalorização do magistério. A alegação é de que faltam recursos, mas o Sintego contesta, esclarecendo que, em audiência recente, demonstrou ao governador, "com dados oficiais, que a informação não procede. Em 2014, a verba destinada para a Educação em Goiás foi de R$ 5.549.726.987,70. Neste ano, nos cinco primeiros meses, o montante foi de R$ 2.155.004.575,87. A folha mensal não atinge R$ 170 milhões". Diante desse quadro, como esperar que os jovens queiram abraçar a carreira?

A Xapuri conversou com Geovana Vilas Boas (20), ensino médio concluído no Colégio Estadual Professor Sérgio Fayad Generoso, em Formosa. Indagada se queria ser professora, respondeu: "não, por achar uma profissão muito desvalorizada, salário baixo para importância do trabalho realizado, desvalorização moral que o professor recebe em seu ambiente de trabalho e desgaste emocional". Na mesma direção, André Luiz Ferreira (25), concluindo EJA no Colégio Estadual Presidente Vargas, também em Formosa, e se preparando para fazer a prova do Enem, argumenta: "porque o salário é muito pouco, porque é uma profissão muito ingrata".

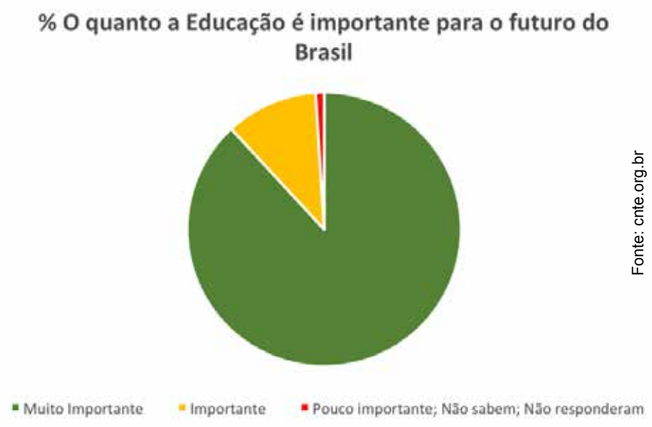
Dados obtidos junto à Universidade Federal de Goiás (UFG) evidenciam que, desestimulados, os jovens buscam cada vez menos as licenciaturas. A professora Míriam Fábia Alves, ex-diretora da Faculdade de Educação, informa que "entre os anos de 2006 a 2013 (de que temos dados sistematizados), o número de candidatos por vaga nas licenciaturas da UFG caiu de 5,56 em 2006 para 2,08, em 2013". Mas, segundo ela, esses dados "sofrem variações de acordo com os cursos e também a sua oferta em cada Regional/UFG, fazendo com que o número de candidatos por vaga diminua ainda mais".

Tudo corrobora a tese defendida pelo Sintego: "se a valorização não existe, obviamente que a juventude vai buscar caminhos mais promissores. Se esses caminhos não estão postos na Educação, é claro que a juventude vai buscar encontrar seus caminhos, suas expectativas de realização profissional em outras esferas", diz Bia de Lima.

A educação e o professor: motores de um país melhor

A questão goiana faz parte e agrava o cenário de crise existente nas licenciaturas. Na verdade, existe um descompasso, uma equação por resolver no Brasil: há quase unanimidade na avaliação de que a Educação é importante para o futuro do país e de que o/a professor/a é a figura que pode promover o ensino de qualidade. Em contrapartida, observa-se um desinteresse dos jovens brasileiros pelos cursos de licenciatura, ou seja, pelo magistério.

Dados da pesquisa *A Educação e o professor: motores de um país melhor*, divulgada no final de 2014 pela CNTE, apontam que 89% das pessoas defendem a Educação como fator muito importante para o futuro do Brasil, e 10% a consideram importante. Ou seja, há quase unanimidade na avaliação de que o caminho para um futuro melhor passa necessariamente pela Educação, mas apenas 15% dos indivíduos pesquisados responderam que gostariam de ser professores.



Fonte: cnte.org.br

Jogando luz sobre a questão, em artigo publicado em 2013, chamado *As licenciaturas na atualidade: nova crise?*, os professores Antônia Vitória Soares Aranha e João Valdir Alves de Souza, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), avaliam: "há fortes evidências, nos dias atuais, de que a profissão docente vive uma crise sem precedentes na história do nosso ensino, uma crise estrutural" e que essa crise "combina ingredientes de natureza muito diversa, mas o elemento-chave da sua explicação é o baixo valor do diploma de professor, sobretudo na educação básica, tanto no mercado de bens econômicos (salário) quanto no mercado de bens simbólicos (prestígio)".

Há, pois, consenso com relação ao pivô da crise: desvalorização do diploma, da carreira de magistério. Parece que a velha visão de que o magistério é sacerdócio recrudesce.

Segundo o MEC, existe hoje um déficit de 250 mil professores nas escolas brasileiras. Ora, se há déficit, se há aumento da demanda e se há desinteresse pela profissão, a equação não fecha. Então, o que fazer? Bia de Lima é enfática: "nem todo mundo nasce para entregar sua vida a um sacerdócio, como muitos gostam de dizer [quando se referem à profissão de professor]. Nós da Educação não temos a condição de ser sacerdotes, nós queremos é ser profissionais bem qualificados e bem remunerados, coisa que não existe na realidade educacional".

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS

SALVE, MANDIOCA!

Lúcia Resende

Macaxeira, aipim, maniva, carimã, candinga, mucamba, macamba, xagala, pão-de-pobre, pau-de-farinha, tapioca, uaipi, castelinha ou mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), a também chamada Raiz do Brasil está presente nas cozinhas de todas as partes do país. Muda o lugar, muda o nome, muda a receita, mas o ingrediente é o mesmo e serve de base para delícias que compõem a nossa riquíssima culinária.

Há a mandioca brava, que não pode ser consumida in natura, e a doce, ou mansa. O que difere as duas é a quantidade de ácido cianídrico (substância tóxica) existente. Da mandioca brava é que se faz a maioria dos subprodutos, entre farinhas, féculas e bebidas (cauim e tiquira).

Crua, dá origem ao caldo amarelado da cozinha do Norte (o tucupi), à farinha, ao polvilho (fécula), à "puba", a uma grande variedade de bolos e a uma das maiores delícias do Brasil, o bolo Mané Pelado. Cozida ou frita, vai direto ao prato ou serve de base para caldos, escondidinhos, bolinhos, coxinhas, purês, bolos e muito mais que a imaginação possa criar. A farinha de mandioca é obrigatória na paçoca, no pirão, no tutu de feijão, no feijão tropeiro, no escaldado, nas sopas. O polvilho serve para fazer o beiju (ou tapioca) e para uma infinidade de quitutes, como o pão de queijo, o sequilho, o biscoito de polvilho (peta), o biscoito de queijo, a brevidade e a bolacha de nata. E ainda as folhas, trituradas e cozidas, acrescidas de carne de porco, carne bovina e outros ingredientes defumados e salgados, compõem a maniçoba, uma das expressões indígenas na culinária brasileira.

Rica em carboidrato, fibras, vitaminas do complexo B e minerais (cálcio, fósforo e ferro), a mandioca é considerada originária do Centro-Oeste brasileiro, é consumida por aqui há mais de 5 mil anos, ganhou o mundo e hoje alimenta 500 milhões de pessoas em cerca de 80 países.

LENDA DA MANDIOCA

Diz a lenda tupi que, certa vez, uma índia teve uma linda filhinha, a quem deu o nome de Mani. A menina era muito bonita e de pele bem clara, alegre e falante, e era amada por todos. Mani parecia esconder um mistério, era uma menina muito diferente do restante das crianças, vivia sorrindo e transmitindo alegria para as pessoas da tribo.

Certo dia, porém, a indiazinha não conseguiu se levantar da rede. Toda a tribo ficou alvoroçada. O pajé correu pra acudir, levou ervas e bebidas, fez muitas rezas.

Mesmo assim, nem as rezas do pajé, nem os segredos da mata virgem, nem as águas profundas e muito menos a banha de animais raros puderam evitar a morte de Mani. A menina morreu com um longo sorriso no rosto.

Os pais resolveram enterrá-la na própria oca onde moravam, pois isso era costume dos índios tupi. Regaram a cova com água, mas também com muitas lágrimas, devido à saudade da menina.

Passados alguns dias, no local em que ela foi enterrada, nasceu uma bonita planta. As folhas eram viçosas, e a raiz era escura por fora e branquinha por dentro, lembrando a cor da pele de Mani. A mãe chamou o arbusto de maniva, em homenagem à filha. Os índios passaram a utilizar a tal planta para fabricar farinha e cauim, uma bebida de gosto forte. A planta ficou conhecida também como mandioca, mistura de Mani e oca (casa de índio). Por ser tão útil, tornou-se símbolo de alegria e abundância para os índios – das folhas às raízes.

Lúcia Resende
Mestra em Educação

MANÉ PELADO

Ingredientes

1 kg de mandioca ralada
1 copo de queijo ralado
100 gramas de coco ralado
4 ovos inteiros
100 gramas de manteiga ou margarina
2 xícaras de chá de açúcar
200 ml de leite de coco
1 pitada de sal
1 colher de sopa de fermento em pó
1 pitada de canela em pó (opcional)

Modo de fazer

Bater primeiro os ovos, a manteiga e o açúcar. Depois, acrescentar os outros ingredientes, misturar bem, despejar em assadeira untada e assar em forno médio, pré-aquecido, por cerca de 40 minutos.

Fonte:

Matéria: sbmandioca.org
Lenda: suapesquisa.com

PROJETOS SOCIAIS TÊM TRANSFORMADO A REALIDADE VIVIDA POR COMUNIDADE EM BRASÍLIA

Trabalho realizado pela ONG Moradia e Cidadania, uma iniciativa dos empregados da Caixa, proporciona geração de trabalho e renda e melhorias sociais na cidade-satélite Santa Maria. Famílias de catadores de materiais recicláveis do Lixão da Estrutural também são beneficiadas pelas iniciativas da entidade.

Fotos: Acervo Fenae

Criada em 1993, por iniciativa dos empregados da Caixa Econômica Federal, a ONG Moradia e Cidadania desenvolve projetos sociais em todo o país, por meio das Coordenações Regionais. O foco principal da entidade é suprir as necessidades voltadas às áreas de educação, saúde e geração de trabalho e renda, além do combate à fome e à miséria. Para isso, promove o voluntariado e o intercâmbio com outros atores do desenvolvimento social.

Em Brasília (DF), a ONG realiza diversos projetos. Um deles é o *Mulher, Beleza e Visual*. Promovido em parceria com a Associação Atlética de Santa Maria (AASM), ele é direcionado às mães da comunidade da cidade-satélite, com cursos gratuitos de cabeleireiro, manicure e pedicure. São cerca de 50 mulheres capacitadas por semestre. Todas recebem, ao final do curso, kit com o material necessário para iniciarem, na própria casa, a atividade profissional.

Outra iniciativa da Moradia e Cidadania é o projeto *Arte, Vida e Sustentável*, que ensina a arte de pintura em tecido e artesanato para meninas de 9 a 14 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social, pertencentes a famílias de baixa renda. As aulas acontecem aos sábados, também em Santa Maria. Já o projeto de *Inclusão Digital* oferece, de segunda a sábado, nos períodos matutino, vespertino e noturno, aulas de informática e acesso a novas tecnologias para jovens e adultos da comunidade.

A Coordenação/DF da ONG também é parceira do Instituto Reciclando Sons, por meio do projeto *A Arte do Protagonismo*, que propõe a educação pela música. Já são mais de 200 crianças e jovens, oriundos das famílias de catadores de materiais recicláveis do Lixão da Estrutural, que formam uma orquestra de música clássica instrumental e canto lírico. O grupo já se apresentou em vários teatros, Congresso Nacional, Cantata de Natal e na Caixa.

"Mais do que dar apoio às famílias carentes, fornecemos a elas a oportunidade de seguir trilhando seu caminho, com projetos de geração de emprego e renda. Por meio do espírito solidário, empenho e dedicação, os projetos têm contribuído para a formação de centenas de crianças, mães e famílias, sobretudo aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social", afirma Júlio Maria Gonzaga, coordenador da ONG Moradia e Cidadania no DF.

Atendimento odontológico a caminho

Em breve, a ONG Moradia e Cidadania vai inaugurar dois consultórios odontológicos no DF, para oferecer serviços de prevenção e tratamento básico e gratuito às famílias que participam dos cursos e projetos apoiados pela ONG. Os consultórios foram instalados nas dependências da AASM e encontram-se em processo de regularização junto aos órgãos competentes. Os atendimentos serão feitos por dentistas voluntários.

Para saber mais sobre a ONG, especialmente sobre como ajudar, acesse o site: www.moradiaecidadania.org.br.

ONG MORADIA E CIDADANIA
Criada pelos empregados da CAIXA

FENAE

Aproveite suas férias.
Deixe sua casa sob nossos cuidados.
TASS
61 3033 3333

PARA QUE SERVE O SUMIÇO DAS CRIANÇAS INDÍGENAS DE KURUSU AMBÁ?

Fotos: cimi.org.br

Zezé Weiss

Em Kurusu Ambá, na manhã do dia 24 de junho, duas crianças indígenas desapareceram durante um ataque de fazendeiros armados. Ao triste saldo dos barracos carbonizados e das dezenas de pessoas feridas, conta-se a falta das crianças T.V.B., de 10 anos, e G.L.G., de 11 anos de idade. O momento do ataque foi documentado por uma equipe de reportagem da TV Morena, afiliada local da Rede Globo.

As crianças desaparecidas fazem parte do povo indígena Guarani-Kaiowá, da comunidade Kurusu Ambá (o lugar da cruz, na tradução do tupi para a língua dos brancos), localizada no município de Coronel Sapucaia, no Mato Grosso do Sul, na fronteira com o Paraguai. As terras indígenas da região constituem área de cobiça de fazendeiros que, sem nenhum respaldo legal, tentam expulsar as comunidades indígenas pela intimidação e pelo abuso da violência física.

Conforme registro do jornal *Gazeta News*, de Mato Grosso do Sul, o ataque a Urusu Ambá foi liderado por Aguinaldo Ribeiro, arrendatário da fazenda Madama, e foi planejado horas antes no Sindicato Rural de Amambai, na sede da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul), a despeito de o dono da fazenda Madama haver negociado com Ricardo Pael, Procurador da República, a permanência dos Guarani-Kaiowá em parte da terra.

O acordo garantia aos Guarani-Kaiowá a retirada de seus pertences e de seus animais da parte da fazenda que deixariam. Como Ribeiro não é o proprietário da fazenda, com o acordo, qualquer pretensão ou ação de reintegração de posse ficaria inviável. O arrendatário optou, então, pelo massacre, com a conivência das autoridades locais, segundo relatos da imprensa.

Conforme registro da *Gazeta News*, de Mato Grosso do Sul, estiveram presentes Edinaldo Luiz Bandeira, vice-prefeito de Amambai; o major Josafá Dominoni, comandante da 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, com sede em Amambai; o tenente coronel Ary Carlos Barbosa, diretor do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), com sede em Dourados; e o delegado regional da Polícia Civil, Dr. Clemir Vieira Junior.

Com tanto poder de fogo, a comunidade não tinha por onde escapar à sua trajetória histórica de expulsões, assassinatos, prisões e torturas. Uma história de resistência que se repete desde 2007, quando um grupo de famílias Guarani-Kaiowá decidiu lutar até a morte por suas terras em Kurusu Ambá, parte delas em posse do fazendeiro Wilson Vendramini, da fazenda Madama.

Desde o primeiro confronto, em 2007, que deixou dois mortos e cinco Guarani-Kaiowá feridos a bala, a cada ano, a violência recrudesce, com o costume dos fazendeiros de usar o "método de limpeza" para fazer "justiça" com suas próprias mãos. Graças à triste estratégia dos fazendeiros locais de "limpar a área", o estado de Mato Grosso do Sul ocupa o lamentável primeiro lugar nos relatórios de violência contra os povos indígenas.

Em 2007, a nhandesi (rezadeira) Xurete Lopes, principal líder religiosa do grupo, de 70 anos, foi ferida a bala por um disparo feito a menos de um metro de distância. No mesmo ano, o líder indígena Ortiz Lopes foi assassinado na porta de sua casa com vários disparos. Em 2009, foram assassinados o líder Kurusu Ambá Osvaldo Lopes e o adolescente Osmair Fernandes, de 15 anos, espancado e torturado até a morte, segundo as marcas encontradas em seu corpo.

Sob a lógica dos ruralistas, o assassinato de Xurete, uma anciã indefesa, teria servido para apagar a memória, desmontar a cultura e minar a resistência de um povo guerreiro. Da mesma forma, a morte dos vários líderes indígenas, cujos assassinos ou seus mandantes jamais foram condenados, também poderia servir para quebrar a capacidade de luta do povo Guarani-Kaiowá.

Mesmo sob essa lógica perversa, qual seria a razão para o ataque também a inocentes crianças nessa retomada da violência que se instala em 2015? Onde estariam as crianças desaparecidas, procuradas e não encontradas pela Polícia Federal? Para que poderia servir o sumiço de crianças indefesas, das duas crianças indígenas desaparecidas de Kurusu Ambá?

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

Com base em registros e matérias do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da *Gazeta News*, de Mato Grosso do Sul e do jornal *Le Monde Diplomatique*.

OS CAMINHOS DAS CIDADES

Antenor Pinheiro

É fácil notar que as cidades de melhor qualidade de vida no mundo desenvolvem suas políticas de mobilidade centradas nas pessoas

Estas linhas foram escritas enquanto eu viajava de ônibus e trem no percurso entre Vancouver (Canadá), Seatle (EUA) e Portland (EUA), cidades bem resolvidas que tangem a porção noroeste do continente americano, banhada pelo oceano pacífico.

No primeiro trecho, ocupei o assento 10 do confortável ônibus; no segundo, o assento 37 do carro 9, do igualmente confortável, pontual e moderno trem. Dois distintos modais que integram o sistema AMTRAK, empresa estatal americana gerenciada por uma corporação sem fins lucrativos que opera cerca de 500 destinos no Canadá e Estados Unidos há mais de 40 anos, com pleno êxito operacional no transporte de passageiros.

O sistema permite a milhares de cidadãos (35 milhões/ano) cumprirem seus destinos com eficiência e rigor por seus 34 mil quilômetros distribuídos em rede entre as cidades desses países – todas inseridas no contexto ferroviário interestadual, cujas linhas integram-se aos seus modais urbanos que operam a partir de belas e padronizadas estações.

Sistemas e serviços de transporte humano e infraestruturas ferroviárias semelhantes vivenciei noutros países, como República Tcheca, Alemanha, Itália, Portugal, Holanda, Dinamarca... Enfim, localidades cujas gestões historicamente prezam a qualidade de vida de suas populações, a começar pelos aspectos urbanísticos mais simples que melhoram sua autoestima e o seu jeito decente de ir e vir.

Há um traço comum entre essas cidades do hemisfério norte: seu planejamento urbano privilegia as pessoas no uso e ocupação do solo, e os governos investem pesado no financiamento dos sistemas e realizam investimentos permanentes na expansão e manutenção da infraestrutura urbana. Especialmente a partir da crise mundial do petróleo, no início da década de 1970, essas nações buscaram alternativa à matriz rodoviária que predominava até então em suas políticas de mobilidade.

A começar da Holanda, dezenas de cidades europeias ampliaram os investimentos em transporte sobre trilhos, ciclovias, hidrovias e transporte coletivo sobre rodas, penalizando assim a opção individual de deslocamento por meio de automóveis.

Fizeram mais: ao mesmo tempo em que aprofundaram a restrição ao uso do carro em seus complexos viários, imputaram aos optantes deste modal pesadas taxas, que ajudam a financiar seus sistemas de mobilidade. É bem-vinda a aquisição de carros nesses países, mas seu uso é caro, restringido e útil ao priorizado transporte público. Simples e objetivo assim!

Por outro lado, convém anotar que todos esses sistemas são deficitários do ponto de vista financeiro, mas altamente lucrativos em ganhos de qualidade de vida, inclusão social e economia popular. As tarifas são subsidiadas pelos governos, que por sua vez ganham com saúde e segurança públicas, turismo e qualidade ambiental. A própria AMTRAK coleciona déficit financeiro anual da ordem de um bilhão de dólares/ano para se manter atrativa e funcionando. São economias transversais que retroalimentam o funcionamento orgânico e estratégico das cidades.

Então, por que raios os caminhos construídos por aqui, na América Latina, por exemplo, não possuem a mesma desenvoltura e qualidade que os caminhos de lá?

Por que nesses países de histórias acidentadas e ocorrências de enfrentamento de pestes, guerras continentais, intempéries e frequentes catástrofes naturais as políticas urbanas são bem mais evoluídas que as nossas, e o senso coletivo prevalece sobre o individual?

Por que as populações dessas diversas nações desfrutam de excelentes serviços de transporte público, quando as tecnologias e conceitos disponíveis são os mesmos conhecidos por aqui?

Por que me sinto realizado e feliz nas andanças pelos caminhos europeus e norte-americanos e quando por aqui chego enfrento o colapso da angústia, por não desfrutar do mesmo conforto e eficiência?

Respostas a estas questões passam necessariamente pelo ambiente político e consequentemente pela abrangência das escolhas sobre que tipo de cidade e de caminhos queremos para nossas populações.

Se examinarmos a linha ascendente sobre a qual se desenvolveram as iniciativas que ainda hoje garantem a boa urbanidade daqueles povos, veremos que seus gestores não economizaram esforços para garantir ao seu cidadão comum o direito à cidade, o caráter inclusivo e o bem-estar social que devem necessariamente prevalecer em cada caminho construído.

Norteiam suas decisões o universal conceito de que os espaços urbanos devem ser desenvolvidos para que as pessoas os vivenciem, para que não sejam meros territórios de passagem. Esta é a razão das cidades, e não é o que temos por aqui, mesmo sendo os brasileiros providos das melhores legislações a respeito. Falta, portanto, a atitude!

Lamentavelmente, a linha que define a qualidade da mobilidade nos espaços urbanos e nas estradas brasileiras mantém-se descendente, pois as escolhas das sucessivas governanças nesse quesito continuam submetidas à cega obediência ao modal individual motorizado de transportes, em detrimento do coletivo e dos humanizados (bicicletas e a pé).

Salvo uma ou outra heroica exceção, a tendência é que os velhos paradigmas continuem a prevalecer e a merecer deferência, acometendo os caminhos que levam e trazem nossas populações em seus espaços de mobilidade. Essa perversa lógica aprofunda o curioso dilema da crise que, como preconiza o teólogo Leonardo Boff, pode ser a oportunidade da purificação, a base necessária para definirmos novos caminhos.

Antenor Pinheiro
Jornalista, Coordenador da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) Regional Centro-Oeste.

POR UMA RAZÃO LÓGICA, A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Carlos Caridade

A todo o momento, em particular quando passamos por períodos de crise, é comum ocorrerem em nossas mentes pontos de interrogação sobre a razão do nosso existir neste vasto e complexo mundo que muitas vezes nos parece injusto, cruel, desequilibrado, deslocado e despropositado.

Afinal, buscar entender os labirintos da vida neste planeta, do tamanho que ele é, com seus 510.072.000 km², não se resume à tarefa humanamente impossível de acumular informações sobre tudo que existe, ou fazer especulações sobre o universo. Complicaria mais ainda.

O ser humano é muito mais do que ter consciência de si próprio. É também compreender-se em relação com o que está à sua volta, com todos os seres do planeta, vivos ou não, porque mesmo aquilo que aparenta não ter vida, apenas aguarda a sua vez para transformar-se, ou vibra com frequências diferentes daquelas que compreendemos como vida.

É importante reconhecer nossa íntima ligação com a natureza universal. Sem um esforço para compreender o que somos e o que significa sermos algo, não sentimos na pele a responsabilidade intrínseca das nossas vidas sobre todas as coisas que nos cercam. Se somos usuários, também devemos ser fornecedores, afinal, tudo que está ao nosso redor é resultado de trocas, de intercâmbios.

E, como tudo é finito, também são finitos os recursos naturais que a natureza nos oferece. Por essa razão, devemos cuidar do planeta, para que não faltem condições de vida às gerações futuras, porque também nós, seres humanos, estamos sujeitos às regras de finitude do universo.

A economia praticada pela sociedade capitalista tem como *modus operandi* o consumismo, causador, como sabemos, das mazelas resultantes do exagerado lixo produzido, aliado à extração, também exagerada, de recursos não renováveis, o que acelera o risco de extinção da raça humana no planeta Terra.

Para fazer contraponto a essa lógica perversa, há que se realizar uma efetiva apropriação de outra forma de economia: a economia solidária. Façamos essa reflexão e assumamos a responsabilidade de sermos realmente humanos, sintonizados com todos os elementos da Natureza, do Universo.

Carlos Caridade
Psicólogo

VALDIZA ALENCAR

A MULHER DO SINDICATO

Elson Martins

Em dezembro de 1975, acompanhei [o mobilizador social] João Maia ao Seringal Carmem, na BR-317, entre os municípios de Brasileia e Assis Brasil, no Acre, onde aconteceu uma reunião na casa da seringueira Valdiza Alencar. Com uma história de vida na floresta, ela cuidava de um marido doente e, mesmo assim, decidira juntar outras famílias ameaçadas para resistir à expulsão da sua terra.

Àquela época, os seringueiros não tinham consciência de nenhum direito e se encontravam sem ânimo. Mas essa mulher decidida ouvira pelo rádio que João Maia estava no Acre para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Com essa informação, andou a pé 80 km até Brasileia, daí pegou um ônibus para Rio Branco, encontrou João Maia e marcou a reunião para a sua colocação [lugar onde moram as famílias seringueiras, dentro da floresta].

Maia levou o advogado Pedro Marques, que tinha um jeito muito engraçado de falar do Estatuto da Terra, do Código Civil, de uma forma que os seringueiros se sentiam amparados. Eu também fui a essa reunião.

Dona Valdiza, que ficou conhecida como a "Mulher do Sindicato", manifestou alegria enorme, sobretudo quando João Maia marcou a data para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, o primeiro da região.

Em pouco tempo, e sob a liderança do líder seringueiro Wilson Pinheiro, assassinado em julho de 1980, o Sindicato mostrou força contra o desmatamento e a expulsão das famílias, organizando os empates [formas de resistência pacífica contra o corte das árvores da floresta].

Chico Mendes, que fora de Xapuri para Brasileia, tornara-se secretário-geral da entidade e braço direito de Wilsão, fortalecendo o Sindicato, que só veio a existir por conta da coragem e da persistência de Valdiza Alencar, a "Mulher do Sindicato".

Elson Martins
Jornalista

SINPRO INAUGURA

ESPAÇO EDUCADOR CHICO MENDES, VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No dia 13 de junho, o Sindicato dos Professores no DF inaugurou o Espaço Educador Chico Mendes, na Chácara do Professor, em Brazlândia. O local foi construído para apresentar aos educadores e estudantes práticas de sustentabilidade, desenvolvendo atividades para que cada participante construa o conhecimento sobre sua relação com a natureza.

O Espaço foi erguido com técnicas de bioconstrução e possui sistemas agroflorestais, trilhas de identificação de espécies vegetais, sanitários compostáveis e reservatórios de captação da água das chuvas, que oferecem inúmeras possibilidades para o desenvolvimento de atividades educativas.

A princípio, serão realizadas visitas técnicas com estudantes de escolas públicas do DF. Em seguida, o projeto será expandido para toda a comunidade. Os professores interessados precisam realizar oficinas de sensibilização. As inscrições são gratuitas e realizadas na própria sede do Sindicato dos Professores no DF (SIG, Quadra 6, Lote 2260) ou através do telefone (61) 3343-4200.

Fotos: Deva Garcia/Sinpro-DF

SINPRO DF
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Filiado: CUT CNTE
36 ANOS
CUT CNTE

SUSTENTABILIDADE

A CARTA MAGNA DA ECOLOGIA INTEGRAL:
GRITO DA TERRA – GRITO DOS POBRES

Leonardo Boff

ALGUMAS SINGULARIDADES DA ENCÍCLICA LAUDATO SÍ, DO PAPA FRANCISCO, PUBLICADA EM 24 DE MAIO DE 2015

É a primeira vez que um Papa aborda o tema da ecologia no sentido de uma ecologia integral (portanto, que vai além da ambiental) de forma tão completa. Grande surpresa: elabora o tema dentro do novo paradigma ecológico, coisa que nenhum documento oficial da ONU até hoje fez.

Seu discurso [traz] os dados mais seguros das ciências da vida e da Terra. Lê os dados afetivamente (com a inteligência sensível ou cordial), pois discerne que por detrás deles se escondem dramas humanos e muito sofrimento também por parte da mãe Terra. A situação atual é grave, mas o Papa Francisco encontra razões para a esperança e para a confiança de que o ser humano pode encontrar soluções viáveis.

Algo novo: o texto se inscreve dentro da colegialidade, pois valoriza as contribuições de conferências episcopais do mundo inteiro que vão dos USA, da Alemanha, do Brasil, da Patagônia-Camauhe até do Paraguai, (...) e acolhe contribuições de outros pensadores como dos católicos Pierre Teilhard de Chardin, Romano Guardini, Dante Alighieri, Juan Carlos Scannone, do protestante Paul Ricoeur e do muçulmano sufi Ali Al-Khawwas.

Por fim, os destinatários são todos os seres humanos, pois todos são habitantes da mesma casa comum (palavra muito usada pelo Papa) e padecem das mesmas ameaças.

[A Encíclica] revela a "forma mentis" (a maneira de organizar seu pensamento) de Francisco, tributário da experiência das igrejas latino-americanas que, à luz dos documentos do episcopado latino-americano (CELAM) de Medellin (1968), de Puebla (1979) e de Aparecida (2007) fizeram uma opção pelos pobres, contra a pobreza e em favor da libertação.

Os temas da "casa comum", da "mãe Terra", do "grito da Terra", do "cuidado", da "interdependência entre todos os seres e do valor intrínseco de cada ser", dos "pobres e vulneráveis e da mudança de paradigma do ser humano como Terra" que sente, pensa, ama e venera, da "ecologia integral", entre outros, são recorrentes entre nós.

[A Carta] revela sua fonte de inspiração maior: São Francisco de Assis, "exemplo por excelência de cuidado e de uma ecologia integral e que mostrou uma atenção especial aos pobres e abandonados" (...) e incorpora os dados mais consistentes [das] mudanças climáticas, [da] questão da água, [da] erosão da biodiversidade, à deterioração da qualidade da vida humana e à degradação da vida social, denuncia a alta taxa de iniquidade planetária, afetando todos os âmbitos da vida, sendo que as principais vítimas são os pobres.

Condena a proposta de internacionalização da Amazônia que "apenas serviria aos interesses das multinacionais". Há uma afirmação de grande vigor ético: "é gravíssima iniquidade obter importantes benefícios fazendo pagar o resto da humanidade, presente e futura, os altíssimos custos da degradação ambiental".

Com tristeza reconhece: "nunca temos ofendido nossa casa comum como nos últimos dois séculos". [Ante a] ofensiva humana contra a mãe Terra [denunciada por] muitos cientistas como a inauguração de uma nova era geológica – o antropoceno –, lamenta a debilidade dos poderes deste mundo que, iludidos, "pensam que tudo pode continuar como está" como álibi para "manter seus hábitos autodestrutivos" com "um comportamento que parece suicida".

O desafio urgente, então, consiste em "proteger nossa casa comum" e para isso precisamos, citando o Papa João Paulo II: "de uma conversão ecológica global"; "uma cultura do cuidado que impregne toda a sociedade".

A Encíclica (...) analisa "a raiz humana da crise ecológica" [abordando] a tecnociência sem preconceitos, acolhendo o que ela trouxe de "coisas preciosas para melhorar a qualidade de vida do ser humano" [admitindo, porém, que] ela se independizou, submeteu a economia, a política e a natureza em vista da acumulação de bens materiais. Ela parte de um pressuposto equivocado, que é a "disponibilidade infinita dos bens do planeta", quando sabemos que já encostamos nos limites físicos da Terra e grande parte dos bens e serviços não são renováveis.

A grande ilusão, hoje dominante, reside na crença de que com a tecnociência se podem resolver todos os problemas ecológicos. Essa é uma diligência enganosa porque "implica isolar as coisas que estão sempre conexas". Na verdade, "tudo é relacionado – tudo está em relação", afirmação que perpassa todo o texto da Encíclica (...), pois é um conceito-chave do novo paradigma contemporâneo.

O grande limite da tecnocracia está no fato de "fragmentar os saberes e perder o sentido de totalidade". O pior é "não reconhecer o valor intrínseco de cada ser e até negar um peculiar valor do ser humano". O valor intrínseco de cada ser, por minúsculo que seja, é permanentemente enfatizado pela encíclica, como o faz a Carta da Terra.

O desvio maior produzido pela tecnocracia é o antropocentrismo moderno. Seu pressuposto ilusório é que as coisas apenas possuem valor na medida em que se ordenam ao uso humano, esquecendo que sua existência vale por si mesmo. Se é verdade que tudo está em relação, então, "nós seres humanos somos unidos como irmãos e irmãs e nos unimos com terno afeto ao irmão Sol, à irmã Lua, ao irmão rio e à mãe Terra".

O texto se abre para uma visão evolucionista do universo, sem usar a palavra, mas fazendo um circunlóquio, referindo-se ao universo "composto por sistemas abertos que entram em comunhão uns com os outros". Utiliza (...) textos que ligam Cristo encarnado e ressuscitado com o mundo e com todo o universo, tornando sagrada a matéria e toda a Terra. Cita P. Teihard de Chardin (1881-1955) como precursor dessa visão cósmica e propõe uma "ecologia integral", que vai além da costumeira ecologia ambiental. Recobre todos os campos, o ambiental, o econômico, o social, o cultural, o espiritual, e também a vida cotidiana.

Atém-se aos grandes temas da política internacional, nacional e local. Sublinha a interdependência do social e do educacional com o ecológico e constata lamentavelmente os constrangimentos que o predomínio da tecnocracia traz, dificultando mudanças que refreiam a voracidade da acumulação e do consumo e que podem inaugurar o novo. Retoma o tema da economia e da política que devem servir ao bem comum e criar as condições de uma plenitude humana possível.

Desafia a educação no sentido de criar a "cidadania ecológica" e um novo estilo de vida, assentado sobre o cuidado, a compaixão, a sobriedade compartida, a aliança entre a humanidade e o ambiente, pois ambos estão umbilicalmente ligados, a corresponsabilidade por tudo o que existe e vive e pelo nosso destino comum.

Por fim, o momento do celebrar. A celebração se realiza num contexto de "conversão ecológica" que implica uma "espiritualidade ecológica", [que] se deriva não tanto das doutrinas teológicas, mas das motivações que a fé suscita para cuidar da casa comum e "alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo".

O espírito terno e fraterno de São Francisco de Assis perpassa todo o texto da encíclica Laudato sí. A situação atual não significa uma tragédia anunciada, mas um desafio para cuidarmos da casa comum e uns dos outros. Há no texto leveza, poesia e alegria no Espírito e inabalável esperança de que se grande é a ameaça, maior ainda é a oportunidade de solução de nossos problemas ecológicos.

Termina, poeticamente com as palavras "para além do Sol", dizendo: "Caminhemos cantando. Que nossas lutas e nossas preocupações por esse planeta não nos tirem a alegria da esperança".

Apraz-me terminar com as palavras finais da Carta da Terra que o próprio Papa cita: "Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade e pela intensificação no compromisso pela justiça e pela paz e pela alegre celebração da vida".

Leonardo Boff
Teólogo. Filósofo. Escritor

Foto: comunidademoda.com.br/os-segredos-de-siron-franco

SIRON FRANCO
A ARTE DA REBELDIA

Jaime Sautchuk

Na década de 1970, Gessiron Alves Franco disse em uma entrevista: "quase toda criança desenha em certa época, só que eu nunca parei de desenhar". Quarenta anos depois, ele continua "desenhando" magistralmente. E tampouco deixou de ser criança.

Siron Franco, como o conhecemos, faz da arte o instrumento das suas peraltices e do seu engajamento político-social. É um reflexo dos seus medos e visões da infância, da religiosidade da mãe, de sua ingenuidade genial, de seus sonhos e de suas loucuras. Suas obras são belíssimos panfletos. Como as de Picasso ou Portinari, aos quais Siron pode (e deve) ser comparado.

Na vida deste enorme nome da arte contemporânea tudo é muito sério. E muito alegre. Siron gosta de ser, acima de tudo, um cidadão comum. Brincalhão, sorridente, parece estar sempre feliz. Contudo, padece como os que padecem, em silêncio, solitário. Mas sempre antenado, ligado nas coisas do cotidiano.

Ele adora capitais, desde que sejam de Goiás. Nasceu em 25 de julho 1947 e passou a primeira infância em Cidade de Goiás, a antiga Vila Boa, capital do Estado até 1935. Cresceu e vive até hoje em Goiânia, que não troca por Nova Iorque nenhuma no mundo. Teve passagens por São Paulo, Brasília e Salvador. Mas é em Goiás que encontra conforto e inspiração.

Siron nasceu de família pobre, entre dez irmãos. Pai lavrador, depois barbeiro, depois cego. Mãe costureira e cozinheira de mão cheia, como é costume na Cidade de Goiás. Mudaram de mala e cuia pra capital que nascia, em 1950, em busca de novos alentos.

Em Goiânia, Siron vendeu pelas ruas os doces e pastéis que a mãe fazia. Ela o queria cursando Medicina, pra ter dinheiro e prestígio, mas ele gostava de desenhar, mesmo que com pedrinhas e tocos de lápis. E sempre foi avesso aos bancos escolares.

Morou na rua 57, aquela do ferro-velho onde a cápsula de Césio 137 fez estragos em 1987. Por coincidência ou desígnio, foi naquela ocasião que Siron se projetou definitivamente no mundo inteiro, tal a força das obras que produziu. Eram torpedos de indignação, desespero e protesto.

Morar em Goiás seria uma desvantagem a um artista, por estar fora dos centros culturais mais badalados. Mas, pra Siron, foi o que o protegeu de se alinhar a

movimentos artísticos dos grandes centros. Foi o que evitou que virasse seguidor dessa ou daquela escola. Siron é Siron.

É certo que, ainda na década de 1960, participou de amostras coletivas de pintores modernistas em São Paulo, Brasília e Salvador, com seus quadros surreais, com motivos religiosos, em óleo sobre tela. Chegou a viver por dois anos em São Paulo, mas não gostou. Autodidata e bisbilhoteiro, desde cedo ele se aproximou de artistas goianos, como D. J. Oliveira, que reconheciam seu valor e o ajudavam até mesmo na compra de materiais.

Mas ele tampouco se apegou a uma única técnica. O desenho da infância virou pinturas, colagens, grafismos, esculturas ou instalações de todos os tamanhos. A pintura pra ele é um rio, que tem afluentes e defluentes. "A questão é que o tridimensional alimenta minha pintura", ele explica.

O fato é que de qualquer coisa Siron faz arte. Mesmo espalhando 1.020 caixõezinhos fúnebres em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, em protesto contra a mortalidade infantil.

Do óleo sobre tela, sobre madeira ou sobre qualquer coisa, das obras com um caráter perene a essas instalações provisórias, tudo encanta. Ou na mistura dos dois, como o grandioso Monumento aos Povos Indígenas, na periferia de Goiânia. São 500 blocos de concreto que, no chão, formam um labirinto e, de cima, um mapa do Brasil.

Ferreira Gullar já disse que há um "lado da obra de Siron que é memória do Brasil, eco das vozes mais arcaicas de nossa história, vinda de tão longe e feita todo dia". Da cena no armazém da esquina ao homem-bicho de suas pinturas. No pau recortado ou no ferro torcido. Na galeria ou na rua. A obra de Siron é puro Brasil.

É uma obra realmente feita todo dia, porque Siron não para. É impossível precisar quantos quadros, quantas esculturas, quantas peças Siron já produziu. As madonas que pintou no início da carreira, para sobreviver, estão espalhadas por incontáveis fazendas e residências. Eram retratos de mulheres da grã-finagem goiana, que lhe rendiam grana e relacionamentos.

Em entrevistas a jornalistas, Siron costuma ornar suas ideias com rabiscos em papéis que estiverem à mão. E essas peças são normalmente entregues aos entrevistadores. A amigos, que são muitos, ele doa esculturas e quadros para enfeitar jardins ou paredes. E não há quem consiga saber o paradeiro de tudo isso que ele produz.

Seu jeito de trabalhar, em seus ateliês ou nas ruas, é um espetáculo por si só. Além dos pincéis, espátulas e outros instrumentos, ele usa as mãos, os pés, o corpo inteiro, num gingado atabalhoado, mas preciso.

Espalha pigmentos como quem distribui quirera aos pássaros. Mesmo que esse pigmento seja ouro em pó, como nas sete máscaras fincadas às margens do rio Vermelho, em junho de 2000, na Cidade de Goiás. É uma referência aos índios goyazes, que emprestaram seu nome ao Estado, mas ninguém nunca viu seus rostos, pois foram exterminados, ainda no ciclo do ouro.

Siron tem, também, a mão firme para minúsculos detalhes em finos pincéis. Ou a disposição pra pegar vassoura, água e sabão e se juntar a um grupo de agitadores culturais na lavagem do coreto da Cidade de Goiás e dar passagem ao cinema no festival que lá se realiza.

Essa disciplina indisciplinada de Siron é que o faz tão grande artista. E que engasga seus críticos. É impossível enquadrá-lo nas categorias acadêmicas. É um autodidata, que nasceu nas ruas, mas conhece os clássicos. E não se parece com nenhum deles, nem tampouco é primitivo. Ele próprio já é um clássico -- esta é a verdade.

Como catalogar, por exemplo, o monumento, em aço recortado, na praça onde foi queimado o índio Galdino Pataxó, em Brasília? O talento exuberante, a sensibilidade aguçada e a presença no dia a dia das gentes oprimidas, e só. Mais, pra quê?

Siron acompanha o que a crítica escreve a seu respeito, mesmo quando as palavras são

Foto: 3.bp.blogspot.com

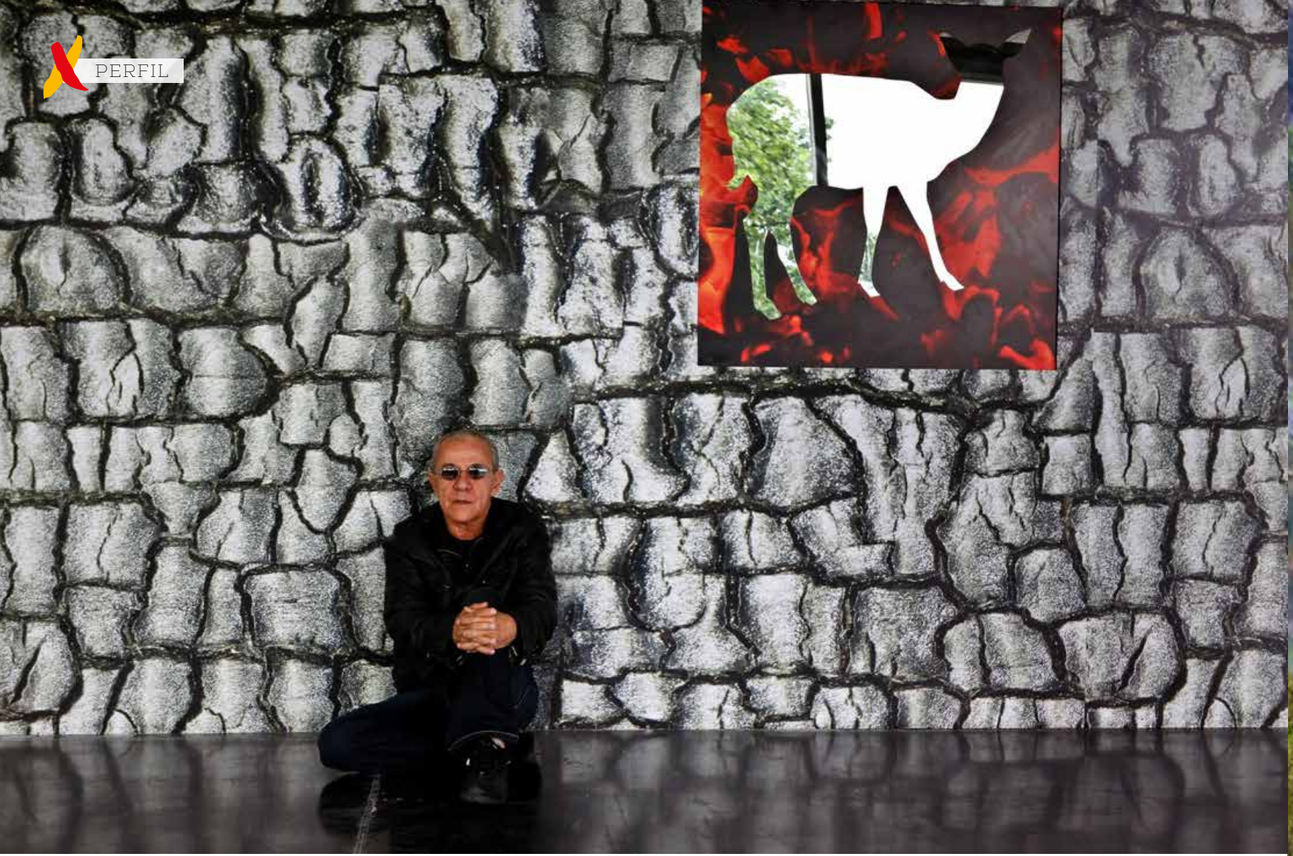


Foto: lulacerda.ig.com.br/wp-content/uploads/2012/06/Siron.jpg

ácidas. Em resposta, ele lembra com satisfação a frase de sua conterrânea Cora Coralina: "Com as pedras que me atiram, construirei minha obra".

A arte é uma viagem cujo ponto de partida é a realidade. Aonde vai chegar, ninguém sabe. Essa é a visão de Siron. Sobre ele mesmo, a resposta que deu a uma jornalista que lhe pediu para definir Siron: "Uma pessoa que não tem a menor ideia do que é, que nasceu com desejo de aprender".

Em verdade, ele tem é muito o que ensinar. Mas também nisso está seu apego ao mundo real, ao ambiente de cada um. Ao fazer voluntariamente oficinas de arte com crianças pobres, ele normalmente trabalha com pedras. Coisas que estão no chão, diz ele, toda criança tem acesso. E isso garante a continuidade do trabalho.

Uma característica marcante em Siron é sua capacidade de criar livremente, mesmo quando são obras patrocinadas por órgãos de governos ou empresas privadas. Dois exemplos: um quadro pra Secretaria de Segurança de Goiás e um painel pro Banco de Boston.

O quadro (2,50 m x 1,80 m) foi feito de terra sobre lona e, por cima, milhares de cartuchos detonados pela polícia em ações de rua. Os cartuchos foram cedidos pela própria polícia.

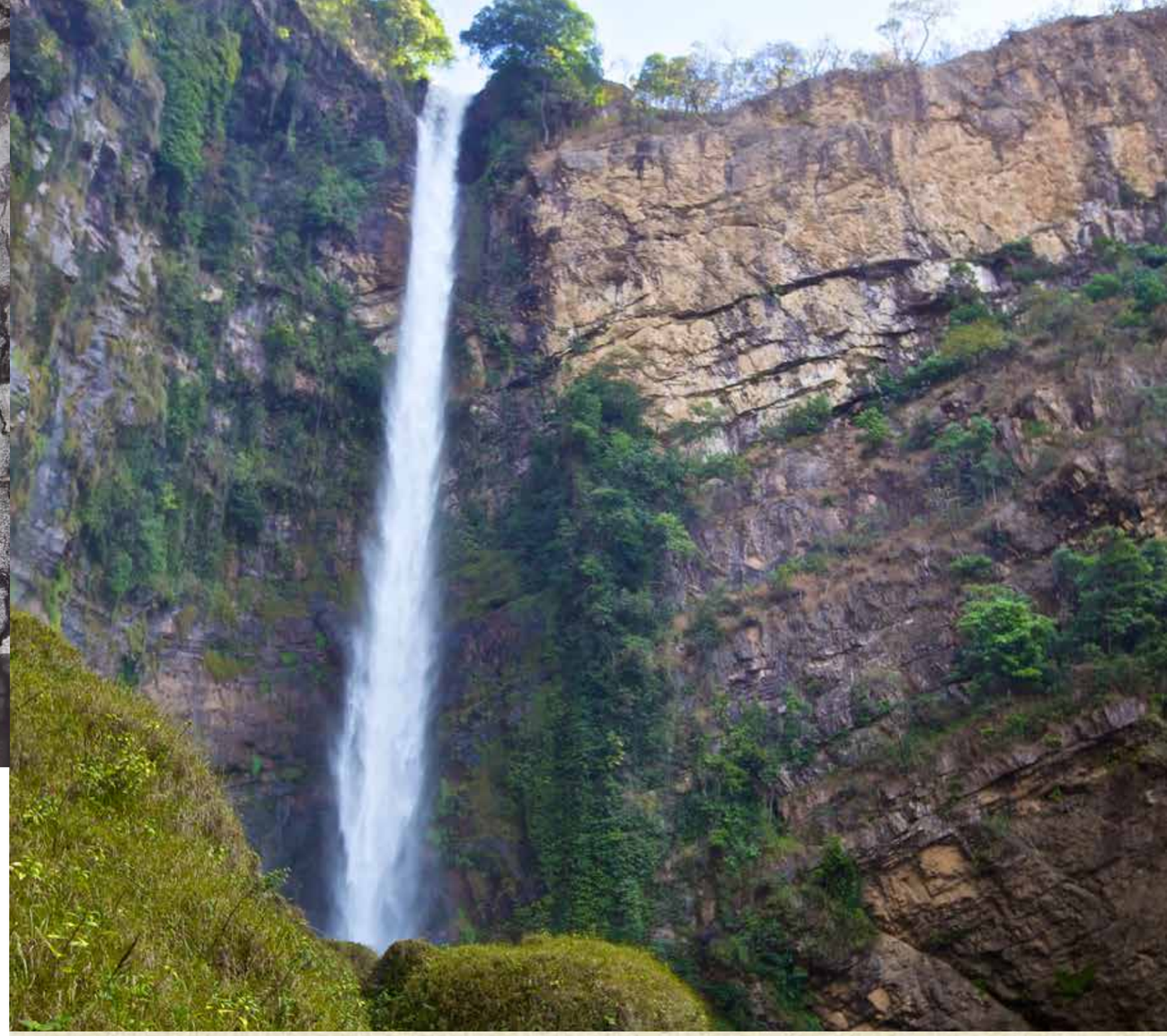
A sede do Banco de Boston, em São Paulo, abriga o enorme painel vertical (5 m x 2,60 m), cuja base é em pasta de carvão e terra vermelha. Sobre ela, figuras humanas e de animais inspiradas em pinturas rupestres pré-cabralinas. Uma delas, em ouro.

Ano passado, Siron montou uma exposição (ou instalação) baseada principalmente em fotos do também goiano Rui Faquini. A mostra, ou libelo, ocupou generoso espaço do Centro Cultural Banco do Brasil, que fez parte da estrutura da Rio+20, pra denunciar a destruição do Cerrado brasileiro.

As peças continham os mais variados aspectos do Cerrado. Vegetação, insetos, solo, fauna, flores, frutos, arquitetura, água e tudo o que de mais belo se pode encontrar nesse bioma. Isso, somado ao que há de mais doloroso, como o fogo predatório, a motosserra, as máquinas com seus correntões, que derrubam tudo o que houver pela frente.

E assim segue Siron com sua arte, derrubando preconceitos, denunciando injustiças, apontando caminhos. Com beleza invulgar.

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor



Formosa
Câmara Municipal

CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS EM 2015

JANEIRO	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
MARÇO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
ABRIL	07 (terça-feira)	08 (quarta-feira)	14 (terça-feira)	15 (quarta-feira)	16 (quinta-feira)
MAIO	05 (terça-feira)	06 (quarta-feira)	12 (terça-feira)	13 (quarta-feira)	14 (quinta-feira)
JUNHO	01 (segunda-feira)	02 (terça-feira)	09 (terça-feira)	10 (quarta-feira)	11 (quinta-feira)
JULHO	-	-	-	-	-
AGOSTO	04 (terça-feira)	05 (quarta-feira)	11 (terça-feira)	12 (quarta-feira)	13 (quinta-feira)
SETEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)
OUTUBRO	06 (terça-feira)	07 (quarta-feira)	13 (terça-feira)	14 (quarta-feira)	15 (quinta-feira)
NOVEMBRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
DEZEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)

As Sessões iniciam-se às 19 horas, no Plenário da Câmara

ARAUCÁRIA

PESQUISA DA EMBRAPA PODE SALVAR ESPÉCIE BRASILEIRA NA LISTA VERMELHA DA EXTINÇÃO

Zezé Weiss

A Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), divulgada na primeira semana do mês de junho de 2015, registra 20.934 espécies de plantas e animais em risco iminente de extinção, a imensa maioria delas por maus tratos humanos à natureza e ao meio ambiente.

Dentre as espécies mais vulneráveis encontram-se as coníferas, que são árvores em forma de cones ou pinhas, como os pinheiros, considerados como os maiores e mais antigos seres vivos do planeta. Segundo a IUCN, 34% das espécies de coníferas encontram-se ameaçadas de extinção.

No Brasil, a Araucaria angustifolia, ou pinheiro-do-paraná, árvore símbolo do estado, celebrada nacionalmente no dia 24 de junho, Dia Nacional da Araucária, por decreto presidencial de 19 de maio de 2005, é uma das 27 árvores mais ameaçadas da lista (www.iucnredlist.org), embora a legislação ambiental brasileira proíba o corte da espécie.

Desde 2006 classificada como criticamente a caminho da extinção, a araucária vem desaparecendo principalmente devido à conversão das suas áreas de matas nativas para a agricultura, ao crescimento das cidades e ao uso da madeira para a produção de papel e celulose. Pesquisas diversas indicam que a espécie já perdeu cerca de 97% de sua área original, o que já compromete a sua variabilidade genética.

Encontrada também em outros estados da região Sul, a araucária produz o pinhão, semente sem glúten, rica em proteínas, calorias e amido. No rigoroso inverno do Sul, o pinhão costuma ser a única fonte de alimento para várias espécies de roedores e pássaros, e de renda de muitas famílias. Embora as sementes amadureçam entres os meses de março e julho, para preservar a espécie o Instituto Ambiental do Paraná proíbe a coleta e comercialização do pinhão antes do dia 1º de abril de cada ano.

A esperança para a salvação da araucária vem do sucesso de pesquisa realizada durante 11 anos pelo pesquisador Ivar Wendling, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – www.embrapa.br, com base no enxerto de brotos extraídos de árvores adultas. Isso permite obter um plantio maior com uma reprodução mais rápida, garantindo, assim, um melhor retorno econômico com a produção do pinhão, semente da pinha, que é o fruto da araucária. Antes, as plantas eram reproduzidas somente por meio da germinação das sementes.

O estudo mostra ainda que as mudas enxertadas crescem menos, alcançando de dois a cinco metros de altura, ao contrário das mudas germinadas de sementes, que chegam a atingir 40 metros. Segundo o pesquisador, o experimento, implantado na sede da Embrapa em Colombo, na região metropolitana de Curitiba, mostra a viabilidade da formação de pomares de araucárias para a produção em escala do pinhão.

Na natureza, uma araucária demora de 12 a 15 anos para começar a produzir. No plantio por enxerto, produz entre seis e nove anos, o que faz da nova técnica não somente uma aliada da conservação, mas também um meio de fortalecimento da economia extrativista local, uma vez que "ao aumentar o plantio, a espécie ganha mais chances de sobreviver à extinção", dizem em uníssono pesquisador, estudiosos e extrativistas.

Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

UMA "FEIRA LIVRE" NA ASA NORTE DE BRASÍLIA

Foto: Artur Dias / Facebook Feira Livre

Guilherme Cobelo

Brasília é uma cidade complexa(da). Ao mesmo tempo em que se vangloria de ser uma capital moderna, sofre constantemente achaques de senilidade. De um lado, olha para trás e pensa no Projeto Cabeças, nos movimentos culturais de outrora, no rock e na política.

De outro, se olha no espelho e vê um corpo que está prestes a entrar em colapso, mercê dos assédios burocráticos e do desencanto de uma vida que se perdeu nas quarenta horas semanais. O tempo e o espaço, em Brasília, se confundem com os limites da rotina. Extrapolá-los é uma ousadia mais que necessária.

Jogar com esses limites, torná-los elásticos e propícios ao exercício da cidadania, é vital tanto para a cidade quanto para sua cidadania, para as pessoas que nela vivem. Mais do que nunca, é preciso reinventar o uso que se faz dos espaços públicos, explorá-los de maneira a que se dobrem aos apelos de vida. Urge instaurar novas temporalidades mais condizentes com o tempo lúdico, esquivo aos regulamentos. Por aí Brasília começaria a respirar melhor, mais relaxada e menos sufocada pelas pressões da repartição.

Na esteira desses impulsos utópicos, desde 2014 alguns jovens brasilienses resolveram promover às margens do Eixão uma ocupação exemplar a que deram o nome de "Feira Livre". Consiste basicamente no amplo encontro de produtores culturais, djs, músicos, escritores, artistas plásticos, performáticos e circenses, gastrônomos de rua, livreiros ambulantes, bebês, crianças, jovens, adultos, idosos: a feira é aberta a toda a população. Na última edição, em maio deste ano, reuniu uma vasta multidão em um clima de total descontração.

Ao contrário das feiras alternativas em voga na cidade, a Feira Livre prescinde do aparato comum às demais. Para participar como expositor, por exemplo, basta chegar cedo para arrumar uma boa sombra. Como o evento acontece aos domingos, a ocasião é extremamente propícia, pois o Eixão fica aberto exclusivamente para pedestres, ciclistas e skatistas até as seis da tarde. Público é o que não falta. Tampouco espaço.

Contudo, no entanto, todavia, como não poderia ser diferente, realizações como essa frequentemente correm o risco de sucumbir justamente devido à sua principal virtude: o idealismo despojado. Como sempre o vil metal se aproxima com seus rumores de falência. Quem banca um evento desse porte? Até onde sei, os próprios organizadores. E quem se dispõe a ser voluntário em um esquema desses, em que o retorno financeiro é nulo e alta a probabilidade de gastos?

Ao que tudo indica, o financiamento coletivo é uma opção que tem tudo a ver com o caráter da Feira Livre. Sendo para o bem comum, nada mais natural. E mais: se a iniciativa se propagar, e outras pessoas se animarem para realizar ocupações afins, não haverá uma só, e sim diversas feiras livres espalhadas pelo Eixão e por Brasília afora.

O movimento foi apenas iniciado, sugerido. Que se alastre! "Vamos rumo a nada menos que essa utopia coletiva, de natureza mutante e adaptável, acreditando sempre que o destino se desenha nas alegrias do caminho".

Contato: www.feiralivre.org

Guilherme Cobelo
Historiador. Livreiro

RECUPERA VAL

2015

REGULARIZE SEUS IMPOSTOS LEI N° 1046/2015

TABELA DE DESCONTOS

- Até 100% nos juros e multas moratórias e 50% na atualização monetária para pagamento à vista
- Até 90% nos juros e multas moratórias para pagamento em até 12 meses
- Até 70% nos juros e multas moratórias para pagamento de 13 a 24 meses
- Até 50% nos juros e multas moratórias para pagamento de 25 a 36 meses

DESCONTO ATÉ 100% SOBRE MULTAS E JUROS

PRAZO PARA ADESÃO NO RECUPERA VAL ATÉ 31/12/15

O valor para cada parcela mensal não pode ser inferior a:

R$ 40,00 para pessoa física e empresário individual;
R$ 100,00 para pessoas jurídicas tributadas pelos demais regimes.

Você ganha, Valparaíso também!

INFORMAÇÕES
Fórum de Valparaíso de Goiás
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
Parque Esplanada III - 3615-9656
Superintendência de Arrecadação Tributária - 3627-1293 / 3627-6564

PREFEITURA MUNICIPAL - GESTÃO 2013/2016
VALPARAÍSO DE GOIÁS
Inclusão e Cidadania
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Superintendência de Arrecadação Tributária

SUSHI
BRASIL